



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
DA  
DIRECÇÃO DE COOPERAÇÃO**

**Agosto de 2010 - Maio 2011**

## Índice

<b>1.</b>	<b>Considerações Gerais</b>	<b>4</b>
<b>2.</b>	<b>Seguimento do Plano Indicativo de Cooperação</b>	<b>7</b>
2.1.	<i>Centros Regionais de Excelência</i>	7
2.1.1.	Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP) – Centro de Administração Pública da CPLP (CAP-CPLP)	7
2.2.	<i>Governo Eletrónico</i>	8
2.3.	<i>Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável</i>	10
2.4.	<i>Cartilhas Escolares</i>	11
2.5.	<i>Meninos de Rua: Inclusão e Inserção (Voz de Nós: Crianças de Rua Protagonistas dos seus Direitos)</i>	12
2.6.	<i>Projeto de Cooperação sobre o Reforço de Capacidades em Matéria de avaliação de Impacto Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica dos serviços públicos nos PALOP e Timor-Leste</i>	13
2.7.	<i>Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase III</i>	15
2.8.	<i>Oficinas de Projetos Agrícolas em S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau</i>	16
2.9.	<i>Convenção CITES</i>	16
2.10.	<i>Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP Malária (RIDESMAL)</i>	18
2.11.	<i>II Workshop Internacional sobre Clima, Recursos Naturais e Aplicações nos Países de Língua Portuguesa (WSCRA10)</i>	19
2.12.	<i>Curso de Alta Direcção em Administração Pública Internacional – 5ª Edição</i>	20
2.13.	<i>Publicação dos Manuais de Boas-práticas de Arquitetura Sustentável, produzidos no âmbito do projeto SURE-África em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique</i>	21
2.12.	<i>Outros Projetos do PIC</i>	21
<b>3.</b>	<b>Questões Temáticas</b>	<b>24</b>
3.1.	<i>Saúde</i>	24
3.1.1.	Plano Estratégico de Cooperação em Saúde CPLP (PECS/CPLP)	24
3.1.2.	Ponto de Situação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde CPLP (PECS/CPLP)	25
3.1.2.1.	Criação do Portal CPLP/Saúde	25
3.1.2.2.	Estruturação da Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP (RETS-CPLP)	26
3.1.2.3.	Centro de Formação Médica Especializada nos Países de Língua Portuguesa (CFME)	29
3.1.2.4.	Estruturação da Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da CPLP	30
3.1.2.5.	Centros Técnicos de Instalação e Manutenção de Equipamentos (CTIMES)	30
3.1.2.6.	Outras ações	31
3.1.2.6.1.	Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP)	31
3.1.2.6.2.	Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP Malária (RIDESMAL)	32
3.1.2.6.3.	Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP em IST, VIH e SIDA (RIDES IST SIDA CPLP)	33
3.1.3.	Contribuições para o Fundo Setorial da Saúde do PECS/CPLP	34
3.1.4.	Outras ações	36

3.2.	<i>Trabalho e Proteção Social</i>	36
	3.2.1. XI Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP	36
	3.2.2. Centro de Informação e Intercâmbio sobre Extensão da Proteção Social (CIPS)	37
	3.2.3. Trabalho Infantil	40
	3.2.4. Direitos Humanos de Pessoas com Deficiência	42
	3.2.5. Outras ações	42
3.3.	<i>Juventude e Desportos</i>	43
3.4.	<i>Igualdade de Género</i>	44
3.5.	<i>Ambiente – Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente (PECA-CPLP)</i>	45
	3.5.1. Estratégia da CPLP para os Oceanos	48
	3.5.2. III Simpósio sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável	49
	3.5.3. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP – Trabalho conjunto CPLP - FAO	51
	3.5.4. 4º Encontro Lusófono de Ambiente e Desenvolvimento	53
3.6.	<i>Migrações para o Desenvolvimento</i>	54
<b>4.</b>	<b>Cooperação com a Sociedade Civil</b>	<b>57</b>
4.1.	<i>Reuniões com Observadores Consultivos</i>	57
<b>5.</b>	<b>Cooperação com Organismos Internacionais</b>	<b>58</b>
5.1.	<i>Organização das Nações Unidas</i>	58
	5.1.1. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)	59
	5.1.2. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)	60
	5.1.3. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)	61
	5.1.4. Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)	61
	5.1.5. Organização Internacional do Trabalho (OIT)	62
	5.1.6. Organização Mundial de Saúde (OMS)	62
	5.1.7. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA)	63
	5.1.8. Organização Internacional para as Migrações (OIM)	63
5.2.	<i>Comissão Europeia</i>	63
<b>6.</b>	<b>Conclusões</b>	<b>65</b>

## 1. Considerações Gerais

A VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo reiterou que a Cooperação se reveste da maior importância no desenvolvimento sustentado dos Estados membros, na consolidação da Comunidade e na sua projeção enquanto Organização internacional;

Desta forma, os Chefes de Estado e de Governo solicitaram aos Pontos Focais de Cooperação (PFC) o desenvolvimento de esforços de coordenação, sistematização e especialização das políticas de cooperação, para uma maior eficácia das ações desenvolvidas no espaço comunitário, designadamente quanto à sua apropriação pelos beneficiários, isto apesar de ser conhecido que os PFC continuam a enfrentar desafios na articulação interna necessária à prossecução dos objetivos estabelecidos em sede de Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC) para a Cooperação na CPLP.

Estas questões viriam a ser alvo da preocupação da VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo que aprovou uma Resolução sobre o Fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP que recomendou que pudessem ser encontradas soluções na estrutura da administração de cada Estado membro, que reforcem os meios e condições do PFC para prosseguir as suas funções, nomeadamente a articulação das prioridades nacionais de cooperação com as oportunidades de cooperação disponíveis na CPLP, bem como a identificação de parceiros locais e modalidades alternativas de financiamento e a divulgação dos resultados das ações realizadas.

Esse fórum encorajou, também, a constituição ou reformulação dos Gabinetes de Coordenação Nacional CPLP, conforme previstos na Visão Estratégica de Cooperação pós-Bissau, sedeados nos MNE/MRE, e cuja função será a coordenação com os diversos atores locais: governamentais; da sociedade civil; e representantes de organizações ou agências internacionais.

Assim, o período em relato fica marcado pelo aprofundamento que os Pontos Focais de Cooperação procuraram imprimir aos instrumentos que formatam e enquadram o desenvolvimento institucional da chamada cooperação comunitária.

Assim, após a aprovação da “Nova visão estratégica de cooperação para a CPLP”, pela XIX Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC), realizada em Julho de 2009, na cidade da Praia e conseqüente ratificação pelo XIV Conselho de Ministros da CPLP,

realizado na mesma cidade e período, merecem destaque os seguintes processos iniciados em 2010 e prosseguidos em 2011:

- Processo de Revisão do Fundo Especial da CPLP (conclusão prevista para Julho de 2011);
- Processo de Revisão do Programa Indicativo de Cooperação (conclusão prevista para Julho de 2011);
- Decisão sobre realocação de recursos ao Fundo Especial da CPLP;
- Decisão sobre o reforço do papel dos Pontos Focais de Cooperação;
- Debate sobre as modalidades de articulação entre as RPFC e as Reuniões Ministeriais;
- Apelo a um maior envolvimento dos Pontos Focais de Cooperação beneficiários de ações de cooperação comunitária na identificação e apresentação de propostas de projetos e ações pontuais.

Os debates gerados em torno destas matérias foram muito enriquecedores e fomentadores de progresso na CPLP no que diz respeito ao incremento da apropriação e responsabilidade conjunta dos Estados membros da CPLP quanto aos projetos e ações pontuais que vêm sendo propostos, debatidos e aprovados.

Este processo permitiu, também, a introdução gradual e paulatina de melhores mecanismos fomentadores de boas práticas tendo em mente a melhoria da governação da cooperação comunitária.

As decisões adotadas, em Março de 2010, para a realocação de recursos provenientes de projetos e ações pontuais sem grau de execução comprovado a novas ações de cooperação ou a atividades em curso bem como a criação de um centro de custos no Fundo Especial da CPLP para projetos ou ações pontuais a identificar conjuntamente entre o Secretariado Executivo e a RPFC, são um bom exemplo da afirmação anterior.

Apesar da Direcção de Cooperação se continuar a debater com as dificuldades logísticas e de recursos humanos há muito identificadas pelas mais variadas instâncias, a execução do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) da CPLP obedeceu aos seguintes critérios:

- Acompanhamento e monitorização dos projetos e ações pontuais aprovadas e em curso no âmbito do PIC, algumas delas com acompanhamento no terreno;
- Desenvolvimento dos procedimentos para que os projetos e ações pontuais aprovadas entre a XX e XXII RPFC tenham início;

- Compilação dos comentários recebidos pelos Estados membros no quadro do processo de revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP (FE) e dinamização do calendário e atividades acordados na XXI RPFC;
- Participação na Assembleia Geral da NU de Setembro de 2011, no Painel de Alto nível dedicado à avaliação do progresso em termos de prossecução dos ODM a nível global;
- Preparação dos relatórios da área cooperação para a VIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a realizar em Luanda em Julho de 2010;
- Acompanhamento continuado de outras ações de cooperação no âmbito da CPLP não constantes do PIC mas coincidentes com as áreas de acompanhamento pela Direcção de Cooperação, como por exemplo:
  - Plano Estratégico de Cooperação em Saúde,
  - Estratégia da CPLP para os Oceanos,
  - Trabalho e proteção social, no quadro do CIPS,
  - Segurança alimentar na CPLP,
  - Género e Empoderamento das Mulheres,
  - Migrações para o desenvolvimento,
  - Etc.
- Participação em encontros setoriais vários;
- Preparação de uma proposta de Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente.

Por tudo o que fica dito, compreende-se o grau de exigência imposto à Direcção de Cooperação no acompanhamento de um conjunto de matérias, de âmbito alargado e cariz transversal, algumas delas contribuindo para uma crescente visibilidade da Comunidade.

Por outro lado e, por delegação do Secretário Executivo, a Direcção de Cooperação tem assumido, em múltiplas ocasiões, funções de representação em vários eventos, dos quais se destacam as presenças em reuniões ministeriais setoriais.

Face ao que precede, o relatório que agora se apresenta pretende constituir uma síntese das intervenções mais relevantes que foram acompanhadas no período em relato – Agosto de 2010 a Abril de 2011.

## 2. Seguimento do Plano Indicativo de Cooperação

### 2.1. Centros Regionais de Excelência

#### 2.1.1. Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP) - Centro de Administração Pública da CPLP (CAP-CPLP)

A XIX Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC), de Julho de 2009, aprovou o Memorando da Direção de Cooperação sobre o Centro de Excelência em Administração Pública da CPLP, o qual, em termos gerais, concluía pela gradual desvinculação da CPLP do processo Centro de Excelência em Administração Pública (CREAP), num período não superior a 12 meses a contar da data da realização da referida reunião, até à sua completa passagem para a esfera orgânica da administração pública moçambicana que, a partir desse momento, se deveria apropriar do Centro de Administração Pública da CPLP e dota-lo com o programa de atividades que as competentes autoridades moçambicanas viessem a aprovar, assumindo todos os encargos e responsabilidades daí decorrentes.

Nesta lógica de desvinculação, em que o Centro se deveria passar a chamar Centro de Administração Pública da CPLP (CAP-CPLP), recomendava-se, ainda, que CPLP apoiasse as autoridades Moçambicanas na redinamização do Centro, através da transferência dos recursos existentes no Fundo Especial da CPLP. Indicava-se, ainda, também, que a CPLP, enquanto última intervenção no processo de desvinculação, apoiasse o CAP-CPLP na constituição de uma “Biblioteca CPLP”.

Para fundamentar este processo a entidade executora (Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica de Maputo - IFAPA) deveria propor um processo de dinamização do Centro que retomasse o processo de replicação do conjunto de ações desenvolvidas pelo projeto de “Consolidação das Capacidades da Administração Pública (CCAP)” da Comissão Europeia, identificando aquelas que, numa lógica de casualidade com os objetivos iniciais do projeto e quanto às áreas mais pertinentes para o aperfeiçoamento e modernização da administração pública dos Estados membros (EM) da CPLP, tal como vêm sendo discutidas pela Rede dos Institutos Nacionais de Administração Pública (RINAPE), pudessem avançar prioritariamente. Para esse fim, poderiam ser mobilizados alguns dos 267 formadores credenciados pelo projeto CCAP, dos quais 42 moçambicanos.

Esta decisão dos Pontos Focais e o respetivo Memorando, viriam a ser aprovados, por Resolução, pelo XIV Conselho de Ministros da CPLP, em Julho de 2009.

A XX RPFC, de Março de 2010, ao debruçar-se sobre a reafetação dos recursos existentes no Fundo Especial da CPLP, viria a aprovar a constituição de um Fundo Bibliográfico para o CAP-CPLP, no valor de 15.932,30€.

Em Maio de 2010, o 3º Suplemento do Boletim Oficial da República de Moçambique publicou uma Resolução do Conselho de Ministros pelo qual o país se retirou do processo de vinculação à Convenção sobre o CREAP e adota a proposta da XIX RPFC. Com este passo Moçambique cumpria um dos considerandos da Resolução da CPLP acima mencionada.

Em Janeiro de 2011, a entidade executora viria a dar cumprimento às recomendações do Memorando da Direção de Cooperação sobre o CREAP, apresentando um documento justificativo da mobilização de fundos através da proposta de atividades ligadas à dinamização do CAP-CPLP. Este documento viria a ser apresentado à XXII RPFC, de Março de 2011.

Com este avanço técnico, cumpriam-se cumpridos todos os formalismos autorizados em 2009 pelo Conselho de Ministros da CPLP que permitiriam avançar com a concretização do processo de transferência de recursos constantes do Fundo Especial para o IFAPA, processo que ocorreu ainda em Março de 2011.

## **2.2. Governo Eletrónico**

Este projeto foi re-estruturado no âmbito duma Reunião Técnica realizada em Lisboa (3 e 4 de Outubro de 2008), tendo-se nessa ocasião reiterado o compromisso de que se tenha em atenção o apoio aos EM menos desenvolvidos no âmbito do governo eletrónico, permitindo que todos possam partilhar experiências.

Desta forma, os representantes dos EM manifestaram grande interesse em que a Fase I do Projeto Governo Eletrónico (a desenvolver com recursos disponíveis no Fundo Especial da CPLP, € 43.282,59), fosse concluída com a construção de uma plataforma eletrónica para a partilha de informação entre todos os EM. Esta plataforma estaria alojada no Portal da CPLP e se configuraria como um espaço dinâmico para partilha de conhecimento, recursos e experiências.



A Fase I do Projeto Governo Eletrónico ficaria concluída com o lançamento de uma *Rede Colaborativa*, que apresentaria o estado da arte em governo eletrónico dos oito EM, sendo posteriormente animada pelos próprios Pontos Focais de Governo Eletrónico da CPLP. Em momento posterior poderia ter lugar uma outra reunião técnica para delineamento de novas e atualizadas linhas condutoras para a Fase II.

Lembre-se que, os representantes dos EM recomendaram que a Fase II do projeto tivesse como grandes objetivos:

- A partilha de conhecimento entre todos os EM;
- A formação de recursos humanos segundo redes temáticas mais específicas; e
- O apoio aos EM menos desenvolvidos.

Para além disto, a Fase II teria como objetivo mais lato a consolidação da Rede Colaborativa da CPLP em Governo Eletrónico.

Todavia, na XX RPFC, realizada em Março de 2010, em Lisboa, o PFC do Brasil recordou que as projeções financeiras demonstraram que os recursos disponíveis no FE não seriam suficientes para as ações propostas. Entretanto, foram desenvolvidos contactos vários entre o SECPLP e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tendo em mente concretizar a apresentação de uma nova proposta.

Na XXI RPFC, de Julho de 2010, em Luanda, a ABC apresentou uma nova Ação Pontual - "Rede Colaborativa da CPLP em Governo Electrónico", a qual responde à proposta de re-estruturação do projeto, tal como recomendado pela acima mencionada Reunião Técnica de Outubro de 2008.

Nessa ocasião o PFC do Brasil salientou que esta proposta visava criar, com base em software livre, uma Rede Colaborativa da CPLP em Governo Electrónico, em conformidade com o desenvolvimento atual dos oito EM, sendo posteriormente animada pelos próprios pontos focais de Governo Electrónico da CPLP. A conclusão do projeto dar-se-ia com o lançamento da referida Rede Colaborativa. Este lançamento ocorreria num evento que contaria com a participação de todos os EM, no formato de um seminário internacional com workshops temáticos, a ter lugar em Moçambique, em datas tentativas, entre 29 de Novembro e 1 de Dezembro de 2010, o que não foi possível concretizar. Não tendo sido possível cumprir o calendário previsto, em Novembro de 2010, o SECPLP recebeu da ABC uma nova proposta de calendário que apresentava o mês de Março de 2011 como data para dar cumprimento ao referido processo em curso.

Não obstante, em virtude do processo eleitoral realizado no Brasil, em Dezembro de 2010, realizaram-se algumas alterações nas estruturas e titulares de acompanhamento desta ação, pelo que decorrem atualmente diligências entre as partes para confirmação definitiva da data e lançamento do processo.

À data da realização da XXII RPFC, de Março de 2011, em Lisboa, esperava-se que a realização da nova Reunião Técnica no âmbito do Projeto “Rede Colaborativa da CPLP em Governo Eletrónico” pudesse ocorrer entre os dias 3, 4 e 5 de Maio de 2011 em Maputo, o que não se verificou.

O estado do projeto permanece assim inalterado, continuando a decorrer diligências de reconfirmação dos pontos focais para esta área e aguardando-se informação oficial do lado do Brasil quanto a uma data para a realização do encontro previsto.

### **2.3. Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Salas Verdes)**

Durante a XIX RPFC, de Julho de 2009, a RPFC decidiu propor ao Comité de Concertação Permanente (CCP) que analisasse a possibilidade de autorizar o SECPLP a assinar um Protocolo de Cooperação com o Governo brasileiro para início da implementação do Projeto. A 125ª RCCP autorizou o SECPLP a formalizar a assinatura do referido Protocolo de Cooperação, o que ocorreu em Outubro de 2009.

No seguimento desta assinatura, realizaram-se reuniões de trabalho com representantes da entidade executora, Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil. A última destas reuniões realizou-se em Janeiro de 2010 e conduziu às seguintes conclusões:

- Necessidade de se efetuar uma leitura crítica às prioridades, objetivos e cronograma de execução do projeto, adequando-o à realidade atual dos beneficiários, uma vez que desde a sua aprovação em sede de RPFC e a assinatura do dito protocolo, passaram mais de 24 meses;
- Desta leitura sairá uma adenda ao projeto que re-equacionará as prioridades do mesmo e que será circulada pelos PFC para consulta e aprovação. O resultado dessa revisão deverá estar pronto até à XX RPFC.
- Procura-se, ainda, enquadrar este projeto no espírito da nova Visão Estratégica de Cooperação da CPLP, tendo por fim último encontrar elos de coerência e lógica com outros projetos da CPLP que buscam fins complementares, como o projeto da Conferência Infante Juvenil pelo Meio Ambiente e a ação de parceria

com a FAO (PCT CPLP FAO no quadro da gestão sustentável das terras e combate à desertificação).

Na ocasião em que esta concertação teve lugar, pretendia-se que este exercício pudesse ser precedido por uma reunião técnica entre os comités gestores ou pontos focais dos projetos para que as lógicas de coerência e maximização dos recursos existentes (técnicos e financeiros) pudessem ser abordadas numa ótica final de sustentabilidade e apropriação dos resultados de todos os projetos.

Todavia, na XXI RPFC, realizada em Luanda, em Julho de 2010, por ocasião da VIII CCEG da CPLP, o Ponto Focal de Cooperação (PFC) do Brasil informou que a proposta de reformulação deste projeto, acordada em Janeiro de 2010 entre o Ministério do Meio Ambiente e o SECPLP, não poderia ser implementada e que, em alternativa, seria oportunamente apresentado um Plano de Trabalho com base nos pressupostos originais do projeto.

No dia 24 de Agosto de 2010, o SECPLP recebeu comunicação da entidade Executora, o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que referia o interesse em contratar uma consultoria para dar continuidade ao processo de implementação das Salas verdes nos países da CPLP e questionava sobre os procedimentos necessários para que se viabilizasse essa contratação por meio do Projeto de Educação Ambiental/CPLP.

O Secretariado Executivo informou a entidade executora sobre os procedimentos a seguir, não existindo, desde essa altura, novos desenvolvimentos a reportar.

#### **2.4. Cartilhas Escolares**

Em função dos pareceres técnicos em tempo solicitados, sugeriu-se que este projeto fosse reformulado numa lógica do projeto que respeitasse o facto de que o ensino do português na Guiné-Bissau, país beneficiário da primeira edição, deve ser trabalhando numa metodologia de ensino enquanto língua segunda.

Em reunião realizada a 5 de Julho de 2010, no IPAD, entre esta Instituição, o SECPLP e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), foram abordadas modalidades que permitem equacionar o futuro do projeto. Nestes termos:

- A FCG comprometeu-se a desenvolver com recursos próprios todas as atividades relativas à revisão técnica do documento e à sua adaptação ao contexto da Guiné-Bissau. Para tal, iria contar com o apoio técnico da Escola Superior de Educação de Santarém. O resultado desse trabalho deveria estar concluído até Outubro de 2010;
- Os recursos para a edição e publicação do documento deveriam ser encontrados junto de potenciais patrocinadores privados, mantendo-se contudo o universo de manuais que se pretendia imprimir – 35.000 exemplares destinados à Guiné-Bissau, Angola e Cabo Verde;
- O IPAD apoiaria o processo de formação dos professores que na Guiné-Bissau seriam os utilizadores da “cartilha” através da criação de dinâmicas com as ações que desenvolve na esfera bilateral

Por outro lado, em função da extinção da Entidade Executora, Associação Convergência da Lusofonia, criou-se um problema administrativo-jurídico que se prendeu com a dificuldade do processo de prestação de contas em função do encerramento legal da entidade executora, por falecimento do seu responsável, não existindo qualquer entidade que pudesse ser acionada a responder pela referida Associação.

Esta temática viria a ser abordada pela XXII RPFC, de Março de 2011, que se pronunciou favoravelmente quanto ao acerto administrativo do processo de prestação de contas.

Ainda neste Reunião, o PFC de Portugal informou que a Fundação Gulbenkian teria dado como concluída a revisão técnica, acreditando estar em condições para avançar com o projeto num primeiro país, tendo manifestado o desejo de que hajam avanços no projeto até a próxima RPFC.

Encontra-se agendada, para o final de Maio de 2011, uma reunião entre as três partes acima identificadas, que deverá estabelecer novos avanços sobre este projeto, os quais serão reportados à XXIII RPFC, de Julho de 2011.

## **2.5. Meninos de Rua: Inclusão e Inserção (Voz de Nós: Crianças de Rua Protagonistas dos seus Direitos)**

O projeto foi concluído em Fevereiro de 2011.

Em termos técnicos, a evolução do projeto pode ser reportada do seguinte modo:

- Atividade 1 - Elaboração de um conjunto de instrumentos pedagógicos de informação, formação e sensibilização, com a participação das crianças e jovens - Percentagem implementada: 100%;
- Atividade 2 - Realização de programa de sensibilização para os direitos das crianças e jovens - Percentagem implementada: 50%;
- Atividade 3 - Programa de apoio à educação e formação, nomeadamente educação pela arte e pela ciência, e à saúde de crianças e jovens - Percentagem implementada: 100%;
- Atividade 4 - Reforço das organizações e das condições de trabalho com crianças e jovens - Percentagem implementada: 80%.

O grau de desembolso financeiro cifra-se em 100%.

Por dificuldade na entrega de alguns produtos aos beneficiários finais, o projeto foi prolongado por mais 3 meses, ou seja, até ao final de Maio de 2011.

Recorde-se que os ateliês de escrita e ilustração com crianças apoiadas pelas organizações parceiras foram dinamizados pelo ilustrador Alain Corbel, tendo dado lugar a uma publicação já lançada na Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

Para além dos ateliers de sensibilização desenvolvidos, o projeto também lançou uma Banda Desenhada de sensibilização para os problemas do tráfico de crianças e trabalho infantil na Guiné-Bissau; elaborou um Manual Pedagógico dos Direitos das Crianças, concebido pelas crianças e jovens (Guiné-Bissau), e compilou repertório da documentação legal nacional e internacional aplicável aos direitos das crianças. O programa de sensibilização para os direitos das crianças e jovens bem como as sessões de debate e formação com professores, organizações da sociedade civil, autoridades do Estado, autoridades tradicionais e religiosas e a elaboração de um programa de comunicação com os materiais produzidos, são igualmente produtos do projeto que merecem destaque.

## **2.6. Projeto de Cooperação sobre Reforço de Capacidades em matéria de Avaliação de Impacto Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica dos serviços públicos nos PALOP e Timor-Leste**

O projeto encontra-se concluído desde Fevereiro de 2011.

Este projeto teve como objetivo reforçar as capacidades dos países beneficiários para conduzir avaliações ambientais estratégicas, processos de avaliação de impacto ambiental e fiscalização da implementação de medidas de mitigação de modo adequado e célere.

Mais concretamente, pretendia-se formar quadros da administração (total de 12 pessoas) nos seguintes temas: avaliação ambiental estratégica, elaboração e revisão de estudos de impacto ambiental, processos de consulta pública e auditorias de verificação de implementação de medidas de mitigação; e promover parcerias entre instituições portuguesas e dos PALOP+Timor Leste (TL) para apoio técnico e acompanhamento, o que pode vir a propiciar a realização de estágios em contexto de trabalho de quadros dos PALOP+TL em Portugal.

A entidade executora, Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, delegou na Agência Portuguesa de Ambiente (APA) o desenvolvimento do projeto.

O ponto de situação apresentado pela entidade executora, em Fevereiro de 2011, o qual versa sobre a realização de um “Curso de Avaliação de Impacte Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica”, refere que:

- O curso decorreu com a maior normalidade, uma mais-valia reconhecida pelos diferentes formandos.
- É de assinalar a boa colaboração entre o GRI e a APA, que se traduziu no elevado nível técnico das apresentações efetuadas, bem como dos trabalhos realizados pelos diferentes grupos de formandos.
- As visitas efetuadas foram bastante participadas, selecionadas com rigor e num enquadramento perfeito com as matérias teóricas apresentadas, assinalando-se a adesão das diferentes entidades a uma organização deste tipo.
- Foi também uma mais-valia para os participantes da APA colaborar neste projeto, de intercâmbio de experiências, uma forma de reconhecer as dificuldades e oportunidades de países diversos daquele onde se inserem, transmitindo a sua visão das matérias apresentadas e ouvindo os comentários sempre enriquecedores dos formandos.
- Não pode deixar de se realçar a colaboração do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e das empresas envolvidas em todas as fases do estágio, cuja contribuição foi indispensável para o seu sucesso.

- A cerimónia solene de entrega de diplomas foi organizada pela APA, com a participação de todos os intervenientes e foi manifesto o agrado pelo desempenho da APA em todo o processo, desde a organização até à concretização dos estágios, para o que contou com o apoio precioso do GRI.

## **2.7. Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase III**

O projeto foi aprovado na XXI RPFC, de Julho de 2010, em Luanda.

As atividades prosseguem a lógica de intervenção da Fase I e II, desdobrando-se em ações de formação, assistência técnica bem como de apoio à aquisição de documentação e equipamentos.

O TaF foi assinado em Setembro de 2010, tendo correspondido essa assinatura ao momento do primeiro desembolso e ao início das atividades.

Entretanto, a XXIV Reunião do Convénio de Cooperação LABPALOP/LNEC/IPAD, teve lugar em Maputo, no LEM, entre 18 e 19 de Outubro de 2010. Nessa mesma data e local, teve também lugar o 2º Encontro Técnico Científico dos Laboratórios de Engenharia Civil da CPLP, subordinado ao tema “Partilhando Experiências e criando sinergias a nível da Investigação e Desenvolvimento em Engenharia Civil no âmbito da CPLP”.

Este encontro realizou-se no seguimento do 1º encontro, o qual teve lugar em Lisboa, no LNEC, entre 14 e 15 de Dezembro de 2009 sob o tema “O Papel do laboratórios de Estado na Investigação e Desenvolvimento em Engenharia Civil no Âmbito da CPLP”.

Entretanto, algumas formações e capacitações constantes do projeto tiveram já lugar junto dos Laboratórios da Guiné- Bissau, STP e Cabo Verde ou através das missões de estágio de responsáveis destes Laboratórios junto da Entidade Executora.

Entre 21 e 22 de Maio, em Luanda, junto do Laboratório de Engenharia de Angola (LEA) terá lugar a reunião intercalar do Programa de Capacitação. A reunião será suportada pelo LEA e destina-se a avaliar o andamento dos trabalhos do Programa e a debater a questão de constituição em curso de uma Associação dos Laboratórios de Engenharia (ALEC).



O processo de aquisição de documentação e equipamentos, também já está em curso.

## **2.8. Oficinas de projetos agrícolas em S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau**

Esta ação foi aprovada na XIX RPFC, de Julho de 2009, na Praia, tendo o respetivo TAF sido assinado em Janeiro de 2010.

Apesar se algumas dificuldades logísticas iniciais que impediram a concretização das datas inicialmente aprazadas, foi possível dar seguimento a este projeto, cuja conclusão ocorreu em Fevereiro de 2011.

Todavia, as atividades tiveram o seu arranque a 30 de Setembro de 2010.

A primeira missão foi desenvolvida em S. Tomé e Príncipe, entre 1 e 9 de Outubro de 2010. As conclusões da Oficina de S. Tomé e Príncipe podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- As condições estruturais e logísticas para o desenvolvimento da oficina (Arquivo Nacional) foram consideradas adequadas e a contraparte santomense garantiu os meios para o bom andamento dos trabalhos.
- Os aspetos sociais/organizacionais e institucionais complementaram a dimensão técnica, dando maior consistência às propostas.
- A participação dos técnicos santomenses foi muito positiva e os dois pré-projetos elaborados durante a oficina são viáveis. Porém necessitam de aprimoramento. Neste sentido, foi encaminhado um roteiro complementar e reforçada a necessidade de comprometimento para a conclusão dos projetos. Espera-se que as propostas sejam finalizadas em curto prazo e que sejam encaminhadas formalmente para apreciação de agências de financiamento em 2011.

A segunda missão, à Guiné-Bissau, teve lugar entre 14 e 18 de Fevereiro, aguardando-se, ainda o envio do relatório de missão. A capacitação em Bissau teve o apoio do Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada (INPA).

## **2.9. Convenção CITES**

O projeto foi aprovado na XX RPFC, de Março de 2010, em Lisboa, tendo o TaF sido assinado a 30 de Junho de 2010.



Esta ação, que teve como objetivo melhorar e concertar a aplicação da CITES nos Estados Membros da CPLP, teve o seu início em Setembro de 2010.

Assim, o workshop previsto decorreu entre 13 a 17 de Setembro de 2010, em Lisboa, na sede do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, com a presença de dois técnicos de cada uma das autoridades administrativas de S. Tomé, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, e um do Brasil.

O evento baseou-se sobretudo nas 16 apresentações CITES elaboradas pelo Secretariado, e posteriormente atualizadas e traduzidas para português pelas autoridades nacionais CITES, tendo estas autoridades criado mais 2 apresentações para uma melhor perceção da Convenção. O representante do Secretariado CITES fez ainda duas apresentações adicionais, uma sobre o Licenciamento Electrónico CITES e outra sobre o MIKE - Monitoring the Illegal Killing of Elephants.

O workshop contou também com apresentações sobre a aplicação da Convenção em Moçambique, Brasil e Portugal, esta última com incidência não só na legislação nacional, mas também na legislação comunitária.

Uma vez que uma correta implementação da Convenção depende do envolvimento de diversas entidades, nomeadamente Alfândegas, Polícias, Veterinários e outras entidades de fiscalização, foi solicitado a algumas das entidades que constituem o Grupo de Aplicação da Convenção em Portugal que fizessem uma breve apresentação sobre a sua experiência.

As principais conclusões do workshop foram as seguintes:

- Dos países presentes, para além de Portugal, apenas o Brasil e Moçambique aplicam regularmente a Convenção.
- Um dos principais problemas é a elevada rotatividade dos técnicos que trabalham nas autoridades CITES nos países africanos. Sendo a CITES uma convenção bastante complexa, este facto tem como consequência que quando um técnico está formado é colocado noutra cargo não tendo tempo de por em prática o que aprendeu.
- Outra das questões levantadas com frequência foi a problemática do comércio de espécies CITES com países não Parte. Embora nunca tenha sido admitido, ficou-se com a sensação que parte deste problema se deve ao comércio existente entre os países presentes e Angola.
- Outra das preocupações prendeu-se com a ausência de conhecimento científico

sobre os recursos naturais e as espécies CITES, necessário à aplicação da Convenção. Neste ponto foram discutidas diversas formas de obtenção desse conhecimento tendo, por força do assunto, sido afluído o tema do ABS (partilha de recursos genéticos) da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

- Também o envolvimento de outras entidades, nomeadamente as alfândegas e Polícias, com falta de conhecimento e sensibilidade para a aplicação da Convenção foi debatido, sublinhando-se a necessidade dessa cooperação e formação dessas entidades.
- Discutiram-se ainda as dificuldades na fiscalização, nomeadamente pela falta de recursos humanos e financeiros.

## **2.10. Rede de Investigação e Desenvolvimento da Malária da CPLP (RIDESMAL)**

A Ação Pontual foi aprovada na XX RPFPC, de Março de 2010 e o TaF assinado a 30 de Junho de 2010. Todavia, a ação teve o seu início em Maio de 2010 no quadro das ações programadas no Plano de Atividades da referida Rede. Recorde-se que esta Rede é uma das duas redes de investigação e desenvolvimento constantes do PECS-CPLP.

A ação pretende o estabelecimento de uma Rede da CPLP na área da Saúde/Malária, promovendo encontros nos Estados membros onde serão realizados workshops e cursos. Estas ações visam facilitar o intercâmbio de investigadores, fomentar o desenvolvimento de projetos internacionais e disseminar os resultados científicos no âmbito da CPLP, promover a perceção da RIDES e dos seus objetivos, tanto pela governança como pela sociedade civil, de maneira a obter a sua colaboração e alargar a RIDES a todos os intervenientes dentro do tema e na CPLP, com verbas externas.

Assim, em 2010 e 2011, a RIDES Malária desenvolveu atividades no âmbito da formação e discussão de temas relacionados com a intercolaboração na malária.

Para além dos workshops realizados em Luanda e Brasil, foi ainda realizada uma reunião da RIDES em Lisboa para planeamento e calendarização das atividades e formato de implementação.

Até ao final de 2010, foram realizados os seguintes cursos:

- Curso básico de Entomologia, em Luanda, Angola – ainda em Fevereiro de 2010;
- Curso de técnicas de Biologia Molecular, em Luanda, Angola – Maio de 2010;
- Reunião RIDES Malária da CPLP, em Lisboa, Portugal – Setembro de 2010;
- Curso de Malariologia, Fiocruz, Rido de Janeiro, Brasil – Outubro de 2010;

- Ensaio Clínico/discussão de Protocolo, em Brasília - Novembro de 2010;
- Cursos de Biologia Celular e Molecular, em Teresina, Brasil - Novembro de 2010;
- Plataforma Informática em Malária.

### **2.11. II Workshop Internacional sobre Clima, Recursos Naturais, e Aplicações nos Países de Língua Oficial Portuguesa (WSCRA10)**

O projeto foi aprovado na XX RPFC, de Março de 2010, em Lisboa, tendo o respetivo TaF sido assinado a 30 de Junho de 2010.

A ação realizou-se em Bragança, no Instituto Politécnico de Bragança (IPB), Portugal, no Auditório Alcínio Miguel da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, entre 15 e 19 de Novembro de 2010;

O Workshop teve uma Sessão inaugural e várias sessões científicas e painéis temáticos; As Sessões Científicas, que incluíram a apresentação de 31 comunicações orais e 17 posters, distribuíram-se por 6 áreas temáticas, designadamente alterações climáticas mitigação e adaptação; deteção remota & instrumentação e gestão da informação; clima e segurança alimentar; modelação e eventos extremos; poluição atmosférica desenvolvimento e saúde; clima e carbono & clima e recursos energéticos.

Das várias apresentações ressalta a qualidade científica demonstrativa da capacidade instalada nos vários Países da CPLP, nas várias áreas temáticas atrás referidas. Também foi salientada a necessidade de haver uma maior atenção às redes de monitorização de dados ambientais, ao tratamento e arquivo da informação, com controlo de qualidade na base de dados.

Sobre esta temática, várias intervenções apontaram a necessidade de serem estabelecidas estratégias por parte dos Institutos públicos responsáveis pelos diversos setores para a organização de bases de dados integradas (clima, agricultura, hidrologia, solos, ambiente, qualidade do ar, por exemplo) com acesso Web e abertura à comunidade científica.

As diversas intervenções mostraram ainda a capacidade já existente para o estabelecimento de sinergias entre os diversos grupos de investigação e as diferentes instituições dos diferentes países para desenvolverem projetos integrados, utilizando informação climática e ambiental no apoio ao desenvolvimento. Neste aspeto

particular, recomendou-se atenção para as atividades de Formação, englobando especialização e formação avançada, bem como de um programa de mobilidade tipo Erasmus Mundus abrangendo estudantes de nível superior, técnicos superiores, docentes e investigadores.

Às Sessões Científicas seguiram-se Painéis Temáticos designadamente: Zonas de Montanha nos Países de Língua Portuguesa; Cooperação – Aprender com o Passado; e CIICLAA.

Um das conclusões importantes deste workshop foi a proposta de dinamização em espaço CPLP de uma “Consultoria para o estabelecimento, em Cabo Verde, do Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para os Países de Língua Portuguesa (CPLP) e África (CIICLAA)”, proposta esta que viria a ser consubstanciada com a apresentação de um projeto à XXII RPFC de Março de 2011.

## **2.12. Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública - 5ª Edição**

A Ação Pontual foi aprovada na XXI RPFC, de Julho de 2010, em Luanda, tendo o TaF sido assinado em Fevereiro de 2011.

A seleção dos formandos ficou concluída em Janeiro 2011, tendo as listas finais sido oportunamente remetidas aos PFC.

O objetivo deste curso é o de formar uma nova geração de líderes e dirigentes públicos, pertencentes a todos os países que partilham o português e o castelhano como línguas oficiais, abertos e promotores do desenvolvimento e da cooperação internacional.

O Seminário de Abertura do Curso teve lugar a 11 de Março de 2011 e, no âmbito do primeiro módulo, teve lugar uma visita de estudo ao Secretariado Executivo da CPLP.

Em termos de participação de formandos oriundos dos Estados membros da CPLP, este curso conta com a presença de um formando de Angola, Cabo Verde, Moçambique, s. Tomé e Príncipe e Timor Leste, dois da Guiné-Bissau e sete do Brasil.

O calendário da formação é o seguinte:

- 1º Módulo: 14 de Março a 1 de Abril de 2011
- Exame do 1º Módulo: 8 de Março de 2011
- 2º Módulo: 11 de Abril a 6 de Maio 2011

- Exame do 2º Módulo: 13 de Maio de 2011
- 3º Módulo: 16 de Maio a 8 de Junho 2011
- Exame do 3º Módulo: 16 de Junho de 2011
- Avaliação dos Trabalhos de Grupo – Júri: 20 e 21 de Junho de 2011
- Seminário de Encerramento e Cerimónia de Entrega de Diplomas: 28 de Junho de 2011.

### **2.13. Publicação dos Manuais de Boas Práticas de Arquitetura Sustentável, produzidos no âmbito do projeto SURE\_África, em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique**

A Ação Pontual foi aprovada na XXI RPFC, de Julho de 2010, em Luanda e o respetivo TaF assinado em Dezembro de 2010.

Esta ação surge na continuidade de um projeto que fez parte do PIC da CPLP e que se concluiu com sucesso, tendo, contudo, por não fazer parte do âmbito do projeto inicial, por publicar o importante acervo resultante do projeto.

Recorde-se que com esta ação se pretende reforçar o conhecimento prático e científico, nas áreas da construção, arquitetura e planeamento urbano energeticamente eficiente, nos países da CPLP, através da Publicação e distribuição de Manuais de Boas Práticas, de Arquitetura Sustentável, destinados quer a profissionais, quer a interessados em autoconstrução.

Com a edição e impressão final de 4 x 1000 Volumes de Manuais de Boas Práticas, em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique, num total de 4.000 exemplares, pretendia-se, pois, fomentar a ampliação do impacte e sustentabilidade dos objetivos do projeto inicial, nomeadamente aumentar progressivamente e aprofundar a rede de conhecimento ligada ao setor da construção e sua aplicação prática, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, através da promoção da eficiência energética em edifícios e cidades e, em última instância, reduzir a pobreza.

A ação encontra-se concluída desde Fevereiro de 2011, estando em curso o seu processo de envio para os Estados membros.

### **2.14. Outros Projetos do PIC**

Foram ainda aprovados e estão em fase de arranque as seguintes ações ou projetos:

- Projeto: Consultoria para o estabelecimento, em Cabo Verde, do Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para os Países de Língua Portuguesa (CPLP) e África (CIICLAA)

Este projeto foi apresentado no decurso da XXII RPFC, de Março de 2011, tendo sido aprovado nessa ocasião.

O projeto, identificado conjuntamente pelo Secretariado Executivo e o Governo de Cabo Verde, tem como objetivo preparar e/ou finalizar os documentos constitutivos do CIICLAA, no que diz respeito à estratégia, organização, gestão, aspetos financeiros e estatutários, bem como a sua articulação com a CPLP, como Centro Especializado.

O projeto não está ainda em execução por se aguardar uma definição da estrutura de acompanhamento do lado de Cabo Verde em função das alterações verificadas com o processo eleitoral no país, no início de 2011. A entidade executora identificada é o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) de Cabo Verde.

O TaF ainda não foi assinado pelas partes.

- Projeto: CPLP nas Escolas

Este projeto foi apresentado no decurso da XXII RPFC, de Março de 2011, tendo sido aprovado de forma condicionada e sujeito a consultas pelo lado de Brasil e Portugal junto das suas competentes estruturas do Ministério da Educação, procedimento que, à data de redação deste relatório ainda não se encontra concluído.

O projeto tem como objetivo contribuir para a realização do ODM 8: Desenvolver uma parceria mundial para o desenvolvimento, através da promoção da educação para o desenvolvimento e do acesso a tecnologias da informação e comunicação.

Os seus objetivos específicos são:

- Implementar o Programa CPLP nas Escolas em todos os Estados membros;

- Contribuir para a sensibilização sobre a CPLP e os seus objetivos;
  - Disseminar o espírito CPLP;
  - Criar, nos oito (8) Estados membros da CPLP, grupos de interação e de troca de conteúdos em língua portuguesa em escolas primárias - “Clubes CPLP”;
  - Reforçar do ensino em português e da língua portuguesa;
  - Promover o uso de tecnologias de informação.
- 
- Projeto: Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III

Este projeto foi apresentado no decurso da XXII RPFC, de Março de 2011, tendo sido aprovado nessa ocasião.

O seu objetivo é o de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe, por meio de geração de emprego e renda, no segmento do artesanato. Como tal, espera-se que o projeto contribua para a criação de emprego e expansão da cultura dos Estados membros.

Embora na fase atual este projeto seja destinado apenas a S. Tomé e Príncipe, que participou na sua preparação por intermédio da Secretaria do Estado da Juventude, pretende-se que, no futuro, esta metodologia possa ser alargada a outros Estados membros.

Na altura da sua aprovação, foi assinado um protocolo de cooperação entre o Brasil, S. Tomé e Príncipe e o Secretariado Executivo, o qual irá superintender à sua execução.

No momento de preparação deste relatório, o projeto ainda não se encontra em execução.

### 3. Questões Temáticas

#### 3.1. Saúde

##### 3.1.1. Plano Estratégico de Cooperação em Saúde CPLP (PECS/CPLP)

Dando seguimento ao processo desencadeado pela I Reunião de Ministros da Saúde da CPLP (Abril de 2008, cidade da Praia), durante o 2º semestre de 2008, o SECPLP desenvolveu e participou numa série de ações, visando dar a sua contribuição para o cumprimento da decisão ministerial de elaboração de um Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP), o primeiro plano de cooperação setorial da Comunidade.

Assim, como resultado da **I Reunião de Ministros da Saúde da CPLP**, foi decidido criar um Grupo Técnico para a elaboração do PECS/CPLP, composto por representantes dos Ministérios da Saúde, sob a coordenação do SECPLP e com o apoio técnico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) – ambos Observadores Consultivos da CPLP.

A **Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde** (Rio de Janeiro, 20 Setembro 2008) aprovou o “Documento Base do PECS/CPLP”. Este Documento definiu os sete eixos estratégicos do Plano, consubstanciados por um total de 23 perfis de projetos:

- (i) Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde
- (ii) Informação e Comunicação em Saúde
- (iii) Investigação em Saúde
- (iv) Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde
- (v) Vigilância Epidemiológica e Monitorização da Situação de Saúde
- (vi) Emergências e Desastres Naturais
- (vii) Promoção e Proteção da Saúde

Por seu turno, a **II Reunião de Ministros da Saúde da CPLP**, antecedida pela 4ª **Reunião do Grupo Técnico**, decorreu a 15 de Maio de 2009, no Estoril, ocasião em que foi:

- Aprovado o PECS/CPLP 2009-2012 - instrumento que traça as prioridades de cooperação em saúde no espaço da CPLP e define, nesse quadro, cinco projetos prioritários: (i) Rede de Escolas Técnicas de Saúde, (ii) Formação Médica Especializada, (iii) Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública, (iv) Centros



Técnicos de Instalação e Manutenção de Equipamentos e (v) Portal CPLP/Saúde.

- Criado o Grupo Técnico da Saúde CPLP (GTS) - responsável pela operacionalização, monitorização, avaliação e sustentabilidade do PECS/CPLP 2009-2012, de acordo com o respetivo Perfil Normativo. Prevê-se que a 1ª reunião deste Grupo possa ter lugar em finais de 2009.
- Criado o Fundo Setorial da Saúde da CPLP e aprovado o respetivo Regulamento, tendo Brasil e Portugal se responsabilizado pela dotação inicial do Fundo, no valor de 400 mil Euros (200 mil cada).
- Por outro lado, a II Reunião de Ministros da Saúde também mandatou o SECPLP para, em articulação com a Presidência pró-tempore da CPLP (PT), organizar uma Mesa Redonda com Parceiros de Desenvolvimento, com vista a mobilizar apoios para a concretização do PECS/CPLP 2009-2012. A referida Mesa Redonda foi realizada a 8 de Setembro de 2008, em Lisboa, e contou com a presença de várias entidades internacionais. Destaca-se a participação do BAD, da GTZ, da OMS e da ONUSIDA, tendo sido consensual o reconhecimento de que o PECS/CPLP deve ser uma referência para a cooperação internacional em matéria de saúde. Caberá ao SECPLP fazer o devido seguimento das perspectivas criadas com a realização deste evento, com vista a arrecadar apoios concretos para a implementação do PECS.

### 3.1.2. Ponto de Situação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde CPLP (PECS/CPLP)

O **Ponto de Situação do PECS-CPLP 2009-2012** pode ser sistematizado em torno da evolução dos 5 projetos que foram definidos como prioritários para o início PECS/CPLP, tal como aprovados pela II RM da Saúde e ancorados nos Eixos Estratégicos Formação de RHS e Comunicação e Informação em Saúde.

#### 3.1.2.1. Criação do Portal CPLP/Saúde

Os fundos para a produção do portal já foram disponibilizados por uma entidade privada e transferidos para o Fundo Setorial da Saúde.

Teve já início o processo de consulta à entidade técnica que ficará responsável pelo desenvolvimento do Portal Saúde, a mesma que desenvolveu o Portal geral da CPLP (DynamicWeb).

O Portal Saúde da CPLP ficará ativo até ao início de Julho de 2011. Deste Portal derivarão todas as restantes páginas dos projetos do PECS/CPLP.

Não obstante, no quadro do Portal geral da CPLP, encontra-se ativa, desde Setembro de 2009, uma página que é dinamizada como plataforma onde todos os progressos do PECS-CPLP são registados. O caminho é o seguinte: <http://www.cplp.org/id-975.aspx>.

### 3.1.2.2. Estruturação da Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP (RETS-CPLP)

A reunião fundadora da Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP realizou-se entre os dias 9 e 11 Dezembro de 2009, no Rio de Janeiro, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz, entidade que tem sob a sua responsabilidade a coordenação e estruturação desta ação.

A rede está ativa desde 11 Dezembro de 2009, altura em que se realizou, no Rio de Janeiro, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz, que tem sob a sua responsabilidade a coordenação e estruturação da Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP, a 1ª Reunião da Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP, ocorrida de 2009.

O Plano de Trabalho da rede encontra-se em plena execução, tendo sido já realizadas várias atividades formativas em Portugal, Brasil e Guiné-Bissau. Este plano, construído coletivamente pelos participantes na reunião fundadora, tem como objetivo: “Especializar docentes e dirigentes na área da Educação Profissional em Saúde, mediante o aprofundamento das bases teórico-metodológicas que fundamentam as políticas de educação e suas relações com a saúde e com o trabalho em saúde. O curso almeja possibilitar a compreensão histórica de tais políticas e potencializar práticas transformadoras que contribuam para a estruturação e consolidação das instituições públicas de formação de técnicos em saúde dos países africanos de língua portuguesa, no âmbito da cooperação técnica internacional.”.

O Curso de Especialização em Educação Profissional reúne 30 alunos de cinco países – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - e tem carga horária de 416 horas. Está organizado em cinco blocos de duas semanas, de caráter

presencial e intensivo, num total de 34 semanas, a serem realizados rotativamente em cada um dos países participantes. Entre os blocos haverá seis semanas de dispersão para a realização de tarefas e atividades não presenciais.

- A atividade que maior avanço tem registado no quadro da referida rede diz respeito ao “Curso de Especialização em Educação Profissional em Saúde”.
- O primeiro bloco desta atividade decorreu entre 23 de Fevereiro e 4 de Março de 2010, em Bissau e compreendeu a realização de um Curso de Especialização para docentes e dirigentes das Escolas Técnicas. Foram ministradas disciplinas como “Fundamentos das Políticas Sociais” e “Teoria do Desenvolvimento e da Aprendizagem e Conceções Pedagógicas”. Participaram no curso 28 alunos, assim distribuídos: 7 alunos de Angola, 6 de Cabo Verde, 5 de Guiné Bissau, 7 de Moçambique e 3 de São Tomé e Príncipe.
- Entre 21 e 23 de Abril de 2010, foi realizada uma reunião na Escola de Tecnologias de Saúde de Lisboa (ESTeSL), cujo objetivo foi apresentar e discutir a organização de um curso de especialização em educação profissional em saúde, voltado para docentes e dirigentes da área, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor Leste, conforme ação 2.1 do Programa de Trabalho. Estiveram presentes representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, além do Brasil (Ministério da Saúde) e Portugal (IHMT e ESTeSL).
- O segundo bloco do curso teve lugar em Maputo entre 25 de Abril e 5 de Maio de 2011. Foram ministradas as disciplinas “Conhecimento, ciência e política” e “Economia da educação e conceções de formação de trabalhadores em saúde”. Foi também dado início ao processo de aprendizagem das disciplinas de “Teorias da aprendizagem e abordagens didático-pedagógicas” e “Currículo e didática na educação profissional em saúde”. Participaram neste módulo 27 alunos.
- Pode-se concluir que o primeiro e o segundo módulo do curso decorreram de forma satisfatória, tendo sido alcançados os objetivos propostos. Tendo por base depoimentos dos alunos, percebe-se que o curso tem um grande potencial para favorecer o intercâmbio entre as instituições participantes, na medida em que alguns destes estudantes, que são coordenadores e professores de cursos, manifestaram desejo de desenvolver estratégias para a troca de planos de curso e experiências em áreas específicas da formação de

técnicos. Por outro lado, a possibilidade que o curso oferece de conhecimento in loco, pelos alunos, da realidade dos países africanos, pela itinerância de sua organização, permite estreitar os laços de cooperação horizontal, favorecendo o reconhecimento da origem comum e a busca por soluções de problemas vivenciados de maneira semelhante.

- Entre os dias 26 e 27 de Julho de 2010, teve lugar, em S. Paulo, uma “Oficina sobre formação técnica especializada de enfermagem em saúde materna e infantil, obstétrica, enfermagem comunitária”.
  - A ação foi, organizada pela Secretaria de Gestão da Educação e do Trabalho na Saúde do Ministério da Saúde do Brasil. Este encontro teve como objetivos, entre outros: discutir as necessidades de educação de técnicos em saúde nos PALOP na área de enfermagem, apontar linhas gerais para elaboração de projetos de cooperação no âmbito da CPLP/PALOP que favoreçam intercâmbio para aporte e desenvolvimento de recursos humanos de nível técnico que atuam na enfermagem e promover intercâmbio de informações entre PALOP e os Centros Colaboradores da Organização Mundial da Saúde para o Desenvolvimento da Enfermagem e Obstetrícia. Estiveram presentes representantes da área de formação de técnicos e de enfermagem de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, além de representantes do Ministério da Saúde do Brasil, da Organização Pan-Americana da Saúde do Brasil (OPAS/ OMS), da EPSJV, e das Escolas Técnicas dos estados da Bahia e do Ceará.
  
- Entre os dias 10 e 12 de Maio de 2011, foi realizado na ESTeSL, um seminário de compartilhamento de experiências de produção de material educativo para os cursos de formação de técnicos em saúde.
  - Estiveram presentes 15 representantes de Escolas Técnicas e da área de recursos humanos dos Ministérios da Saúde de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal (IHMT e ESTeSL) e São Tomé e Príncipe. A reunião teve, entre outros, os seguintes objetivos: Partilhar experiências na produção de material didático para a formação de técnicos em saúde, realizar um levantamento dos materiais utilizados mais frequentemente pelas instituições de formação de técnicos e definir as possibilidades de elaboração de novos e/ou a adaptação dos disponíveis.

O Plano de comunicação da RETS foi estabelecido em Dezembro de 2009, durante a 2ª Reunião Geral da Rede Global e Reunião fundadora da RETS CPLP tendo como objetivo a criação de novos mecanismos e estratégias para aprimorar os existentes (sitio da RETS e Revista RETS).

As próximas formações da RETS CPLP estão programadas para S. Tomé e Príncipe (20/06 a 1/07 de 2011), Cabo Verde (15 a 26/08 de 2011) e Angola ou Portugal (10 a 21/10 de 2011).

### 3.1.2.3. Centro de Formação Médica Especializada nos Países de Língua Portuguesa (CFME)

Em 2010 foram realizadas várias missões a Cabo Verde que, com o apoio dos restantes membros da CI, trabalhou sobre questões relativas a procedimentos e logísticas conducentes à operacionalização do CFME e conseqüente arranque da primeira ação de formação.

O CFME foi inaugurado a 29 de Outubro de 2010, na presença dos Ministros da Saúde de Angola e Cabo Verde bem como do Secretário Executivo da CPLP e Presidente da Comunidade Médica de Língua Portuguesa.

Ao ser inaugurado, o Centro contou já com a existência de um conjunto de mecanismos operacionais ao seu funcionamento futuro como:

- Acordo sede para a instalação do Centro em Cabo Verde
- Regimento Interno do CFME;
- Guia dos Procedimentos Financeiros;
- Orçamento 2010/2011;
- Plano de Comunicação e imagem;
- Manual de Manutenção da Rede Informática, e
- Fichas de Secretariado Académico.

No seu estado atua de operacionalização, o CFME possui um enorme potencial para ações de formação no domínio para o qual foi criado que urge aproveitar.

A programação do calendário formativo é a seguinte:

- Oficina de Capacitação em Monitoramento e Avaliação com Foco na Melhoria dos Projetos de Cooperação Internacional em Saúde – 14 a 18 de Março de 2011 – ação concluída;
- Formação sobre reanimação Neonatal e Pediátrica – 21 de Março a 1 de Abril de 2011 – ação concluída;
- Curso em Saúde Pública (1ª fase) – 4 de Abril a 9 de Dezembro de 2011 – ação em curso;
- Curso em Infeciologia – Setembro de 2011;
- Estão ainda por definir os calendários para as ações formativas em saúde materna, infantil e juvenil, Hipertensão e Tratamento da Ferida e da Dor.

Recorde-se que a operacionalização material e logística do CFME contou com o apoio importante do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Saúde da CE (PADRHS\_PALOP), da Comissão Europeia e de Cabo Verde que contribuiu com 50,000 Euros para o Orçamento de funcionamento do CFME.

Em Abril de 2011 foi extinta a Comissão Instaladora do CFME estando em funcionamento, desde essa data, o Conselho Diretivo do Centro.

#### 3.1.2.4. Estruturação da Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da CPLP

Estão em curso contactos entre as direções das Escolas Brasileira e Angolana que permitem perspetivar que uma primeira reunião das Escolas Nacionais de Saúde Pública da CPLP (ENSP/CPLP) possa ter lugar em Angola durante 2011.

#### 3.1.2.5. Centros Técnicos de Instalação e Manutenção de Equipamentos (CTIMES)

Foi realizada pelo IHMT, de Portugal, uma missão à Guiné Bissau, em Outubro/Novembro de 2009, que permitiu enquadrar as modalidades de estruturação do referido centro naquele país.

Espera-se a concretização de apoio do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Saúde da CE (PADRHS\_PALOP), da Comissão Europeia e de Portugal, para que sejam desenvolvidas idênticas missões noutros EM, pelo IHMT e SUCH.

Estas missões terão o propósito de desenvolver processos formativos e de capacitação bem como a identificação das condições logísticas tendo em mente a instalação dos centros em apreço. Para concretização dessa atividade, foram já identificados 3 cursos de formação e capacitação:

- Curso em Gestão de Resíduos Hospitalares;
- Curso em Eletromedicina;
- Curso em Técnicas de Esterilização.

### 3.1.2.6. Outras ações

Para além destes 5 projetos prioritários, outras ações decorrem no quadro dos restantes projetos em sustentação das chamadas redes estruturantes e redes de investigação e desenvolvimento em Saúde.

#### 3.1.2.6.1. Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP - CPLP)

Após algum atraso em 2010, a reunião fundadora da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP-CPLP) teve lugar, em Bissau, entre os dias 21 e 23 de Março de 2011.

Os objetivos da RINSP- CPLP são:

- Definir áreas programáticas estratégicas de cooperação;
- Dinamizar e fortalecer os mecanismos de cooperação entre os INSP e Instituições Equivalentes que compõem a rede;
- Promover os objetivos estratégicos do PECS-CPLP, reforçando a capacidade das entidades executoras na execução dos projetos que lhe estão adstritos e os beneficiários na apropriação dos resultados previstos;
- Reforçar a cooperação e a articulação de medidas que visem a racionalização dos recursos e a maximização dos meios e procedimentos;
- Cooperar para a elaboração de Planos Estratégicos Plurianuais para os INSP da CPLP;
- Apoiar a criação dos INSP nos Estados membros que ainda não dispõem dessa estrutura;
- Capacitar os dirigentes dos INSP em Planeamento e Gestão Estratégica;
- Promover atividades de análise comparativa (“benchmarking”) junto de INSP;

Esta Rede irá promover o fortalecimento das respostas e soluções estratégicas dos Sistemas de Saúde Pública dos Estados Membros e, como tal, prossegue objetivos específicos como por exemplo a definição de áreas programáticas estratégicas de cooperação e o reforço da cooperação e a articulação de medidas que visem a racionalização dos recursos e a maximização dos meios e procedimentos.

Na sua primeira reunião, realizada imediatamente a seguir à sua fundação, a RINSP-CPLP definiu, por consenso, como áreas prioritárias de cooperação, complementarmente às anteriormente identificadas, a promoção da advocacia e apoio à criação de Institutos Nacionais de Saúde (INSP) nos Estados membros da Rede que ainda não dispõem dessa estrutura e o desenvolvimento e avaliação da implantação do Sistema de Apoio à Gestão Estratégica nos INSP-CPLP e no Secretariado Executivo da CPLP.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), foi designada como Secretário da RINSP-CPLP para o período de 23 de Março de 2011 a 22 de Março de 2014.

#### 3.1.2.6.2. Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP Malária (RIDESMAL)

Realizou-se entre os dias 23 e 24 Novembro de 2009, em Lisboa, aquela que se pode considerar a reunião que estabelece formalmente a RIDESMAL. Nesta ocasião discutiu-se e aprovou-se o seu regulamento, desenvolveram-se os TdR dos projetos referentes aos eixos estratégicos prioritários identificados em Luanda e identificaram-se os mecanismos de divulgação da REDE. Foi também eleito o seu Secretário-Geral.

A XX Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, aprovou, em Março de 2010, um financiamento de 50,000 Euros para o programa de 2010 da RIDESMAL que, que entre outras atividades, desenvolverá um curso sobre técnicas parasitologias e moleculares aplicadas ao diagnóstico e monitorização da resistência aos fármacos”.

Estas atividades vêm sendo desenvolvidas na sua plenitude.

Assim, em 2010 e 2011, a RIDES Malária desenvolveu atividades no âmbito da formação e discussão de temas relacionados com a intercolaboração na malária.

Para além dos workshops realizados em Luanda e Brasil, foi ainda realizada uma reunião da RIDES em Lisboa para planeamento e calendarização das atividades e formato de implementação.



Até ao final de 2010, foram realizados os seguintes cursos:

- Curso básico de Entomologia, em Luanda, Angola – ainda em Fevereiro de 2010;
- Curso de técnicas de Biologia Molecular, em Luanda, Angola – Maio de 2010;
- Reunião RIDES Malária da CPLP, em Lisboa, Portugal – Setembro de 2010;
- Curso de Malariologia, Fiocruz, Rido de Janeiro, Brasil – Outubro de 2010;
- Ensaio Clínico/discussão de Protocolo, em Brasília - Novembro de 2010;
- Cursos de Biologia Celular e Molecular, em Teresina, Brasil – Novembro de 2010;
- Plataforma Informática em Malária.

Outros desenvolvimentos sobre este projeto foram já reportados no âmbito do PIC acima.

### 3.1.2.6.3. Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP em IST, VIH e SIDA (RIDES IST SIDA CPLP)

O III Congresso da CPLP sobre VIH/sida e Infecções de Transmissão Sexual, que teve lugar em Lisboa, entre 16 e 19 de Março de 2010, formalizou, na presença da maioria dos coordenadores do VIH/SIDA da CPLP e de alguns representantes do Grupo Técnico em Saúde da CPLP, a constituição da RIDES IST SIDA CPLP, aprovando o seu estatuto e elegendo Portugal como país coordenador da rede até 2012.

Entre 3 e 4 de Maio de 2011, a RIDES IST SIDA trabalhou, em Maputo, com todos os seus representantes o Plano de Atividades da Rede, o qual se irá debruçar, fundamentalmente, sobre:

- Ligação entre as atividades da RIDES IST VIH SIDA CPLP e a Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP CPLP);
- Modelos de adesão por parte dos Estados membros ao tratamento incluindo a durabilidade do primeiro esquema do tratamento anti-retroviral (ARV);
- Barreiras e acesso ao uso dos preservativos;
- Levantamento e estudo comparativo das diferentes legislações nacionais sobre o enquadramento das questões ligadas ao estigma e discriminação das pessoas que vivem com VIH;
- Realização de um curso específico na área de VIH/SIDA sobre vigilância epidemiológica, diagnóstico e boas práticas, a realizar no Centro de Formação Médica Especializada (CFME), com duração de duas semanas.

- Desenvolvimento de um estudo que analise questões como a cultura, nutrição, malária e o envolvimento das comunidades tradicionais enquanto fatores de contaminação e propagação do VIH/SIDA;
- Estudo de análise o acesso universal nos Estados da CPLP, nomeadamente junto dos grupos de alto risco (corredores) e verificar em que medida os Estados estão a garantir o tratamento e prevenção à população móvel (grupo de alto risco).

Foi também trabalhado o Programa Provisório do IV Congresso da CPLP VIH/SIDA IST, o qual poderá ter lugar, em Maputo, entre 24 e 26 de Outubro de 2012, sob o lema “Novos Desafios e novos caminhos: sustentabilidade, cultura e educação para combater as ITS, VIH e SIDA”.

### 3.1.3. Contribuições para o Fundo Setorial da Saúde do PECS/CPLP

Em Outubro de 2009, foi efetuado um depósito de 200.000 Euros no Fundo Setorial da Saúde, correspondente à contribuição de Portugal para ajuda à implementação do PECS. Esta contribuição foi indexada para apoio à implementação do projeto desenvolvido em Cabo Verde do Centro de Formação Médica Especializada nos Países de Língua Portuguesa, um dos projetos prioritários do PECS/CPLP 2009-2012 e teve a seguinte divisão.

- Operacionalização do CFME: 25.000 Euros;
- Curso em saúde materna, infantil e juvenil: 55.000 Euros;
- Curso de Saúde Pública: 120.000 Euros.

Em 11 de Março de 2010, Timor-Leste efetuou também uma contribuição de 25 mil Dólares Americanos para o Fundo (18. 239,25 Euros), sem qualquer tipo de indexação.

Já em Junho de 2010 foram igualmente transferidos para este Fundo, via Organização Pan-americana de Saúde, 200,000 USD a título da contribuição brasileira para o Fundo (cerca de 162.000 Euros), que tiveram a seguinte afetação:

- Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública – 75.000 USD (43.565,76 Euros);
- Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da CPLP – 30.000 USD (23.771,79 Euro);
- Redes de Escolas Técnicas de Saúde – 60.000 USD (47.543,59 Euro);
- Centro de Formação Médica Especializada – 35.000 USD (27.733,76 Euro);

Em Agosto de 2010, Cabo Verde procedeu a uma contribuição de 50.000 Euros, inteiramente consignada ao CFME, nomeadamente ao seu orçamento de funcionamento para o primeiro ano.

Em Março de 2011 e após confirmação do Brasil no âmbito da XXII RPFC, foi autorizada uma transferência do Fundo Especial da CPLP para o Fundo Setorial da Saúde, no valor de 101.957,08 Euros, indexada às atividades de funcionamento do CFME. O Secretariado Executivo procedeu à seguinte distribuição destes recursos:

- Orçamento de funcionamento do ano 2 do CFME (Agosto de 2011 a Julho de 2012) - 51.000 Euros;
- Apoio aos Estados membros mais carenciados (Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste) através de concessão de “bolsas” e/ou preparação de um curso de formação - 50.957,08 Euros.

Entretanto, outras contribuições podem também ser contabilizadas:

- A partir dum projeto apresentado ao Escritório Regional do Banco Mundial no Brasil, o qual enquadrará recursos no montante de quase 800,000 USD que serão destinados a questões ligadas à programação, monitorização e avaliação da execução do PECS - CPLP bem como da RETS-CPLP). A primeira transferência, no valor de 270.000 USD, está em processo de transferência no momento de preparação deste relatório;
- Com origem no Projeto Recursos Humanos em Saúde da Comissão Europeia, cujos objetivos e pressupostos coincidem com a estratégia regional do PECS para os Estados membros africanos. Nos apoios atribuídos com a aquisição de equipamento informático, mobiliário e consultorias para o processo do CFME estarão envolvidos cerca de 80.000 Euros. Se a estes montantes contabilizarmos o apoio aos participantes das reuniões da RETS CPLP e outras reuniões no quadro do PECS, este apoio estará perto dos 120.000 Euros;
- A OMS concedeu duas bolsas de estudo a estudantes guineenses que frequentam formação no quadro do CFME, num total de perto de 9.000 Euros. Se solicitado atempadamente pelos EM aos escritórios da OMS, estes apoios poderão ainda subir. Tal indicação foi em tempo expressa pelo Director regional África da organização;
- Apoio de uma entidade privada, no montante de 25.000 Euros para o desenvolvimento do Portal Saúde da CPLP.

Embora sem contribuição direta para o Fundo Setorial da Saúde da CPLP, as contribuições em afetação de recursos humanos que vêm sendo prestadas pelos EM para esta ação merecem destaque e deverão ser alvo duma avaliação futura.

#### 3.1.4. Outras ações

O Secretariado Executivo da CPLP foi abordado pelo INFARMED de Portugal tendo em mente a realização de uma reunião no âmbito da CPLP sobre harmonização no setor dos medicamentos da CPLP na qual se abordariam aspetos ligados com a segurança do medicamento, a contrafação e a regulamentação compatível e harmonizada.

### 3.2. **Trabalho e Proteção Social**

#### 3.2.1. XI Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP

O SECPLP esteve presente na XI Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, que teve lugar em Luanda, entre 28 e 30 de Março de 2011.

Dessa reunião, que reforçou as deliberações emanadas das reuniões anteriores de Óbidos e Fortaleza, cumpre destacar a aprovação de conclusões como:

- Desenvolvimento de esforços para promover estratégias e programas operacionais com vista ao aumento e generalização das oportunidades de formação e de emprego e reforço do sistema público de segurança social, de modo a melhorar a eficiência da proteção social;
- Fomentar a cooperação entre os Estados membros, de forma a encontrar mecanismos para reforçar e aperfeiçoar as políticas de formação profissional e de integração social;
- Incitar os Estados membros a dar continuidade ao Grupo de Trabalho sobre os Indicadores do Mercado do Trabalho e Economia Informal;
- Impulsionar o desenvolvimento das políticas de formação e qualificação profissional, em articulação com as políticas económicas e de emprego;
- Reiterar a atualidade da visão da integração social como parte integrante do desenvolvimento, devendo-se continuar a criar sinergias entre políticas de

proteção social, emprego e desenvolvimento no marco da Agenda do Trabalho Decente/Trabalho Digno da OIT;

Cumpre ainda destacar no quadro desta reunião:

- A aprovação de um Plano de Ação que estabeleceu dois grupos de monitoramento: um em Indicadores da Formação Profissional na CPLP, sob a coordenação do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social da República de Angola; e outro em Programas no domínio da Integração Social na CPLP, sob a coordenação do Ministério da Previdência Social da República Federativa do Brasil;
- A aprovação da revisão do Regimento Interno das Reuniões dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP;
- A aprovação da Resolução sobre a Prevenção e a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil na CPLP;
- Designar um Grupo de Trabalho integrado por Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste, especificamente incumbido da tarefa de colher junto aos demais Estados membros da CPLP contribuições e sugestões com vista ao aprimoramento do texto de Acordo Multilateral de Previdência Social da CPLP;
- O apelo aos Estados membros para que possam concluir e ratificar os instrumentos bilaterais de Direito Internacional em matéria de Segurança Social, negociados desde da IX Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em Óbidos.

### 3.2.2. Centro de Informação e Intercâmbio sobre Extensão da Proteção Social (CIPS)

A Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), o Escritório de Lisboa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o programa Estratégias e Técnicas de Luta contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP), através do projeto STEP/Portugal assumem conjuntamente, política e institucionalmente, uma parceria com vista à promoção da utilização do Centro de Informação em Proteção Social (CIPS) no mundo de língua portuguesa.

Neste âmbito, as funções dos parceiros encontram-se divididas da seguinte forma:

- Secretariado Executivo da CPLP: assume a liderança institucional do projeto;

- Escritório da OIT de Lisboa: promove a ligação com o Secretariado Executivo da CPLP, assegura a gestão e introdução de conteúdos na plataforma;
- Projeto STEP Portugal do BIT: assume a responsabilidade científica e técnica no âmbito da proteção social em relação às diferentes atividades do Centro.

O CIPS é financiado pelo governo português através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/Portugal.

O CIPS é uma Plataforma eletrónica (acessível em <http://www.cipsocial.org>) para a divulgação das iniciativas de proteção social em curso nos países da CPLP, com acesso a uma base de dados com documentação sobre estratégias, políticas, programas, instrumentos e metodologias de extensão da proteção social.

Do plano de trabalho para 2010/2011 entre o SECPLP e o CIPS, ressalta o desenvolvimento de atividades nos seguintes domínios:

- Comunicação e Promoção:
- Articulação institucional com os países de Língua Portuguesa;
- Articulação institucional com organizações internacionais;
- Alimentação, atualização e melhoria contínuas dos conteúdos do Centro - Tratamento de informação disponível e Produção de informação;
- Apoio à interação dos utilizadores do Centro;
- Avaliação e contacto com os utilizadores;
- Funcionamento informático do Centro; e
- Sustentabilidade do Centro.

Todos os EM nomearam já os seus pontos focais para o CIPS, o que permitiu, com a contribuição do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) para o Fundo Especial da CPLP, a realização da 1ª Reunião de Formação de Pontos Focais de Proteção Social da CPLP para o CIPS, de 8 a 11 de Fevereiro de 2010, em Lisboa.

A 1ª Reunião de Formação dos Pontos Focais de Proteção Social da CPLP para o CIPS cumpriu os seus objetivos e respondeu a muitas das expectativas enunciadas na primeira sessão de trabalho, nomeadamente no que diz respeito ao conhecimento e exploração do CIPS e do seu funcionamento, ao entendimento conjunto sobre o CIPS, à definição das atribuições dos pontos focais, possíveis formas de contribuir para a construção do instrumento e sua apropriação a nível nacional.

O desenvolvimento conjunto do CIPS permitirá aprofundar a reflexão sobre os sistemas de proteção social dos países participantes, conhecer as experiências destes no que diz respeito à proteção social, partilhar informações, experiências e boas práticas, tendo por objetivo último contribuir para a extensão e eficácia da proteção social nos países da CPLP.

O CIPS apresentou em 2010 um aumento médio mensal de visitas em mais de 30% face a 2009, oriundos de, em média, 30 países diferentes por mês, estando Portugal, Brasil, Suíça, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Estados Unidos, Itália e Senegal entre os países que ocupam uma posição de destaque. Salienta-se também que em 2009 houve um aumento de tempo médio dos utilizadores no site em cerca de 1 minuto, bem como uma média superior de páginas visitadas (quase mais uma em relação a 2009) e, por último, a fidelização dos utilizadores que se verifica pela muito menor oscilação do número de visitas mensal, relativamente ao ano de 2009.

A divulgação do CIPS nos EM por meio de suportes físicos (folhetos, cartazes, CDs promocionais), continua a ser uma proposta atual por se afigurar como a melhor forma de dar conhecimento da existência da plataforma, para que num futuro próximo, em que se adivinha uma maior disponibilidade de acesso à internet naqueles países, os potenciais e futuros utilizadores tenham já o CIPS como referência nas suas pesquisas.

Destaca-se, igualmente, a apropriação por parte de uma maioria dos EM, tanto no que se refere à alimentação da plataforma com notícias e informação dos seus países em matéria de proteção social, bem como no que se refere à divulgação, a nível nacional, do CIPS.

Notável tem sido também o reconhecimento do CIPS, a nível internacional, como instrumento de referência em matéria de proteção social nos países de língua portuguesa através da sua difusão na plataforma do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Internacional Policy Center for Inclusive Growth (IPC-IG) e na plataforma da Organização dos Estados Americanos – Inter-American Social Protection Network.

Para além do investimento em recursos humanos por parte das três entidades, a operacionalização da plataforma depende de um investimento financeiro, o qual tem sido assegurado pelo Projeto STEP Portugal e pelo Secretariado Executivo da CPLP. Porém, o Projeto STEP Portugal caracteriza-se como um ator temporário e tem a sua conclusão prevista para o ano de 2012.



A retirada deste parceiro do financiamento do Centro exige uma reflexão aprofundada sobre as diferentes perspetivas de sustentabilidade operacional e financeira do CIPS a médio prazo.

Recorda-se que na VIII Cimeira da CPLP, realizado em Julho de 2010, em Luanda, os Chefes de Estado e de Governo congratularam-se com a realização da 1ª Reunião de Formação dos Pontos Focais de Proteção Social dos Estados membros da CPLP para o CIPS e que a Resolução sobre o CIPS, adotado na X Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, realizado em Fevereiro de 2010, em Fortaleza, insta o Secretariado Executivo da CPLP a envidar esforços para a alocação de recursos financeiros que garantam a sustentabilidade e desenvolvimento do CIPS.

Em consonância com informação anteriormente veiculada, o SECPLP pretende aprofundar esta área de cooperação através da dinamização, a partir da plataforma eletrónica CIPS (<http://www.cipsocial.org>) de mecanismos de partilha de boas práticas e de governação entre os EM da CPLP no domínio da proteção social, condição essencial para a prossecução dos ODM.

### 3.2.3. Trabalho Infantil

O Secretariado Executivo participou na IV Reunião do Conselho de Parceiros do Projeto "A Cooperação na área da Inspeção do Trabalho nos Estados membros da CPLP" e da II Reunião dos Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil da CPLP, realizada entre 26 e 28 de Outubro de 2010, em Maputo.

Recorde-se que na X Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, realizada em Fevereiro de 2010, em Fortaleza, Brasil, decidiu-se apoiar a realização da II Reunião de Pontos Focais de Combate ao Trabalho Infantil, para a conclusão e validação do Documento de Projeto, que reflete o disposto no Plano de Ação adotado em Bissau, em 2006, o qual foi aprovado na XI Reunião Ministerial, acima relatada.

No decorrer dos trabalhos, destacou-se que a meta, estabelecida em 2006, de ratificação por todos os EM da CPLP, da Convenção n.º 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil foi atingida, e que quase todos os Estados membros da CPLP já ratificaram a Convenção n.º 138 da OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego.



Quanto ao Documento de Projeto ressaltou-se que não existe financiador e/ou de fundos garantidos para executá-lo. O SECPLP alertou para a necessidade, face à natureza e diversidade das atividades previstas, de se ponderar a procura de mais de uma fonte de financiamento. Contudo, e em termos pragmáticos, reforçou-se a questão na importância que reveste a adoção do “Documento de Projeto” no quadro da angariação futura de financiadores. Sem prejuízo, referiu-se à possibilidade de ter de vir a ser concretizadas no futuro algumas atividades constantes do documento, caso a caso, e de acordo com as regras específicas de cada financiador que venha a ser encontrado, destacando o exemplo do Banco Mundial e da União Europeia que apresentam critérios muito específicos de financiamento para projetos, os quais podem não estar contemplados no Documento em discussão.

O Plano de Ação e o Documento de Projeto englobam exclusivamente atividades de natureza multilateral envolvendo o conjunto dos EM da CPLP, completando e reforçando os planos nacionais, assim como as atividades de cooperação de natureza bilateral.

Assim, tendo em mente o mandato anterior, os Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil da CPLP produziram as seguintes recomendações.

- Mandatar os Pontos Focais para o Trabalho Infantil da CPLP como principais interlocutores nacionais para trabalharem em rede com o objetivo de dar seguimento as atividades do projeto;
- Instar o SECPLP para, junto dos EM e outros potenciais doadores, públicos e privados, fazer a apresentação deste documento de projeto, no sentido de encontrar os meios para a realização das atividades necessárias para a concretização das metas constantes no plano de ação;
- Avaliar os objetivos já atingidos em seguimento do plano de ação, através das atividades já realizadas identificadas no documento de projeto;
- Envidar esforços para dar seguimento às ações previstas no documento de projeto, que no âmbito multilateral podem ainda ser desenvolvidas;
- Salientar a transversalidade do tema e a importância da coordenação e complementaridade de políticas com outras áreas setoriais;
- Evidenciar o papel institucional importante do diálogo social entre os Governos e os parceiros sociais para o combate ao trabalho infantil; e
- Aprovar as linhas de orientação discutidas na reunião dos pontos focais e refletidas no documento de projeto.

#### 3.2.4. Direitos Humanos das pessoas com deficiência

- Apresentação à XXII Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, em Março de 2011, da proposta da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, de desenvolvimento de um Programa de Cooperação para os países de língua portuguesa baseado na promoção dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência, o qual poderá contemplar o intercâmbio de experiências no que diz respeito ao planeamento, troca de informações, formação de recursos humanos e compartilhamento de práticas. Para materializar esta iniciativa, a SEDH/PRB pretende organizar, no segundo semestre de 2011, no Brasil, um encontro técnico e político com a presença de representantes governamentais responsáveis pelas políticas e programas relacionados com pessoas com deficiência nos Estados membros da CPLP. Este encontro teria como objetivo delinear e negociar com os participantes um plano de ação do qual resultem projetos de cooperação técnica que tenham pessoas com deficiência como beneficiários finais.
- Concertação com a Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Nacional para a Reabilitação, de Portugal, sobre o possível alargamento do projeto “Disability Rights Promotion International” aos Estados membros e divulgação dos materiais preparados em língua portuguesa no âmbito do referido projeto;

#### 3.2.5. Outras ações

No período em referência, o Secretariado Executivo acompanhou ainda ações como as seguintes:

- Trabalho com a OIT para reforço da adoção de iniciativas e políticas públicas voltadas à construção de sistemas de proteção social amplos que afirmem o compromisso dos Governos com o pleno atendimento das necessidades básicas das suas sociedades em matéria de segurança social, em sintonia com o conceito de Piso Proteção Social aprovado pela OIT;
- Execução do projeto apoiado pelo Fundo Especial da CPLP, “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção (Vós de Nós: Crianças de Rua Protagonistas dos seus Direitos), tal como já acima relatado.

### 3.3. Juventude e Desportos

Tal como se relata na introdução, no período compreendido pelo presente relatório, a área da Juventude e Desportos não tem sido alvo do acompanhamento que no passado o Secretariado Executivo lhe dedicou em função da saída do técnico que seguia estas matérias e que entretanto não foi ainda possível substituir.

Todavia, entre Julho de 2010 e Maio de 2011, tomou-se conhecimento dos seguintes eventos ou avanços, dos quais não se participou:

– Juventude

- Aprovação pela III Conferência de Ministros da Juventude e Desportos, realizada em Maputo, a 27 de Julho de 2010, do Documento Estratégico de Cooperação para a área da Juventude;
- II Cimeira de Juventude África-Europa, realizada na Líbia, entre 26 e 29 de Novembro de 2010;
- II Mostra de Jovens Criadores da CPLP, a realizar em Luanda, em Junho de 2011;
- IV Conferência de Ministros da Juventude e Desportos, a realizar em Luanda, em Junho de 2011;
- Formação Escola de Dirigentes Associativos da CPLP, a realizar em Luanda, em Junho de 2011;
- Projeto de Cooperação Juvenil Euro-africano 2011;
- III Universidade Africana da Juventude e Desenvolvimento;
- III Escola de Jovens Líderes da CPLP;

– Desportos

- VII Jogos Desportivos da CPLP, realizados em Maputo entre 29 de Julho e 7 de Agosto de 2010;
- Projeto Olímpico de Futebol para a Guiné-Bissau;
- 1º Congresso Internacional sobre Gestão do Esporte, Brasília, 16 a 18 de Novembro de 2011;
- 4º Congresso brasileiro sobre Gestão do Esporte, Brasília, 16 a 18 de Novembro de 2011;
- Projeto BrasilCAP.

### 3.4. Igualdade de Género

Tal como se encontrava previsto no Plano de Atividades do Secretariado Executivo da CPLP, em 2010 pretendeu-se retomar o acompanhamento desta área técnica com um maior nível de atenção e reforço do acompanhamento de ações no espaço da CPLP.

Este acréscimo de atenção visou fundamentalmente permitir a definição de linhas de intervenção para a CPLP em políticas de Género e a participação em *fora* nacionais e comunitários sobre políticas de Género. Com estes passos, a DirCoop procurou:

- Obter ganhos de conhecimento e capacitação sobre políticas de género adquirida,
- Definir parcerias estratégicas, e
- Associar o dossier a outras políticas setoriais da CPLP

Entre os avanços mais importantes nesta matéria, cumpre destacar a aprovação, em Julho de 2010, de um Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM/CPLP).

Entretanto, em Luanda, entre 10 e 11 de Maio de 2011, realizou-se, em Luanda, uma Reunião Extraordinária de Ministros/as Responsáveis pela Igualdade de Género da Comunidade CPLP que viria a trabalhar e aprovar o Plano de Ação do PECIGEM/CPLP, mandatando o trio de presidências para pôr em prática o respetivo Plano.

O Plano de Ação define ações concretas para a implementação de políticas no que diz respeito à igualdade de género no quadro político da CPLP. Com ele, “pretende-se integrar de forma sistemática as políticas de igualdade de género estabelecendo um quadro prioritário de intervenção. Esta passa necessariamente pela eliminação de todas as formas de discriminação, legais ou outras, contra as mulheres além de garantir o seu total desenvolvimento em todas as áreas, nomeadamente no plano político, civil, económico, social e cultural, de modo a assegurar-lhes o exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (.../...). Este plano de ação centra-se em 11 eixos que integram áreas prioritárias de atuação e ações concretas para alcançar no espaço da CPLP a igualdade de género e o empoderamento das mulheres nos diferentes domínios. A implementação e acompanhamento dessas áreas prioritárias serão diferenciados e adaptados aos diferentes contextos nacionais e internacionais”.

No período em relato, o Secretariado acompanhou ainda o evento que assinalou em Portugal o dia internacional de tolerância zero à mutilação genital feminina (II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina), o qual teve lugar a 7 de Fevereiro de 2011. Recorde-se que o Secretariado integra, desde 2010, o referido grupo de trabalho.

Para além deste evento, continuou-se a proceder ao acompanhamento relativo às seguintes matérias:

- Saúde sexual e reprodutiva;
- Seminário Mulheres e Água – controlo e gestão de recursos;
- Projeto “Desenvolvimento das capacidades sobre a integração da análise de género na gestão hídrica e fundiária;
- Colóquio “os Direitos Humanos na ordem do dia – Igualdade, saúde, cidadania e desenvolvimento.

### **3.5. Ambiente - Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP (PECA)**

A importância da temática “Ambiente para o Desenvolvimento” encontra-se refletida nos textos base da Comunidade, nomeadamente na sua Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, de Julho de 1996, que refere como um dos objetivos da CPLP “O incentivo à cooperação bilateral e multilateral para a proteção e preservação do meio ambiente nos Estados membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável”.

Assim, o Secretariado tem feito o acompanhamento das decisões da última Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, a IV, realizada em Luanda, em Abril de 2008, bem como das ações enquadradas na Plataforma de Cooperação na Área Ambiental, adotada pelos Ministros do Ambiente, em 2006.

Entretanto, durante o período de relato em referência, não foi possível a realização da V Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, inicialmente prevista para ter lugar em Cabo Verde, durante a segunda metade de 2010.

Para além destas questões, o SECPLP procedeu ao acompanhamento das ações já anteriormente relatadas no quadro do PIC (pontos 2.3, 2.6, 2.9, 2.11, 2.13 e 2.14).

Não obstante, o grande desenvolvimento verificado nesta matéria registou-se com a apresentação à XXII RPF, de Março de 2011, do Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP (PECA CPLP – 2011-2014), instrumento que está atualmente em consulta junto do Estados membros e que se perspectiva possa ser debatido no quadro da V Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, acima mencionada.

O PECA visa dar cumprimento aos compromissos assumidos nas Reuniões de Ministros do Ambiente da CPLP e às Resoluções que vêm sendo aprovadas nesse âmbito. Com o PECA pretende-se, também, reforçar e sistematizar os objetivos constantes da Plataforma de Cooperação Ambiental e incrementar a coerência, eficácia, coordenação e harmonização das ações de cooperação em ambiente que vêm sendo desenvolvidas pela CPLP por iniciativa comunitária e no quadro dos acordos de cooperação celebrados com organismos multilaterais parceiros.

Os objetivos globais do PECA são os seguintes:

- Consolidar e fortalecer os esforços dos Estados membros da CPLP para a implementação de políticas, programas e projetos de cooperação na área ambiental que visem a proteção e preservação do seu meio ambiente com vista à promoção do seu desenvolvimento sustentável;
- Apoiar os Estados membros da CPLP no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos na área do ambiente, em particular os Acordos Multilaterais Ambientais que promovam a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio;

Como objetivos específicos, podem ser apontados os que se enunciam seguidamente:

- Promover a implementação de modelos de desenvolvimento sustentável, apoiados em políticas públicas, a conservação do meio ambiente, a capacitação de recursos humanos e ao desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade adequados às condições sociais, económicas, ambientais e políticas de cada país;
- Contribuir, como marco referencial político, para a identificação e priorização de mecanismos financeiros, técnicos e institucionais, facilitando a transferência, o acesso e o desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos e promovendo a adoção de marcos regulatórios adequados;
- Desenvolver iniciativas e ações em áreas prioritárias que estimulem a participação de todos setores da sociedade na implementação de atividades produtivas sustentáveis, no desenvolvimento de padrões de vida sustentáveis e a utilização sustentável de bens e serviços ambientais essenciais à vida;

- Estimular ações que incentivem a educação e a conscientização das populações sobre as questões relativas ao meio ambiente e estimulem o acesso e a difusão da informação e comunicação de iniciativas ambientais;
- Fortalecer as relações de cooperação com Organizações Internacionais e Agências Especializadas das Nações Unidas;
- Identificar propostas de cooperação e linhas de convergência para maximizar esforços com outras organizações regionais a fim de trocar experiências e promover novas oportunidades de cooperação;
- Envolver o setor privado, sociedade civil e setor académico na pesquisa, investigação e desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis e que busquem a proteção da natureza, estimulando o uso de tecnologias limpas.

Todo este quadro tem como diretrizes orientadoras alguns documentos aprovados em diferentes contextos da CPLP:

- “Cooperação na CPLP- Uma visão Estratégica de Cooperação pós Bissau”, aprovado na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada na Cidade da Praia, em Julho de 2009;
- “Declaração de Luanda”, aprovada na IV Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, realizada em Luanda em Abril de 2008;
- “Plataforma de Cooperação na área Ambiental”, aprovada na III Reunião de Ministros do Ambiente, realizada em Brasília, em 2006.

Enquanto eixos estratégicos, o PECA-CPLP, estabelece aqueles que são já conhecidos no quadro da Plataforma de Cooperação Ambiental:

- Biodiversidade;
- Combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca;
- Ecoturismo;
- Educação Ambiental;
- Gestão Ambiental Marinha e Costeira;
- Gestão de Resíduos;
- Gestão Integrada de Recursos Hídricos;
- Mudança do Clima e Energias Renováveis;

Para o período 2011-2014, o PECA-CPLP estabelece como áreas prioritárias:

- Combate à Desertificação e mitigação dos efeitos da seca;
- Alterações Climáticas;

- Saneamento;
- Educação Ambiental.

### 3.5.1. Estratégia da CPLP para os Oceanos

A I Reunião Formal dos Ministros do Mar da CPLP foi realizada em Lisboa, entre 20 e 21 de Março de 2010, ocasião em que se aprovou:

- O Regimento da Reunião de Ministros do Mar da CPLP;
- A Estratégia da CPLP para os Oceanos
- Um plano de trabalho sobre as matérias relativas: à extensão da plataforma continental e à investigação científica e ambiental, definindo e partilhando responsabilidades entre os Estados membros.

De realçar que as iniciativas específicas aprovadas constituem os primeiros passos para a concretização efetiva da implementação da Estratégia, tendo os Ministros decidido promover ações:

- Para a elaboração do Atlas dos Oceanos da CPLP;
- De cooperação para desenvolvimento dos respetivos projetos de extensão da plataforma continental e da investigação científica e proteção ambiental associada, tendo em conta as necessidades de cada um dos Estados membros;
- De cooperação para pesquisa sobre Recursos Minerais nos fundos marinhos;
- Para a identificação de áreas estratégicas de interesse comum aos Estados membros da CPLP no âmbito da segurança e vigilância marítima, nomeadamente com o objetivo de estabelecer requisitos para a criação de um Observatório de Informação Estratégica Marítima;
- Para o desenvolvimento de um projeto pedagógico para a mobilização de professores, alunos e sociedade civil para a importância dos Assuntos do Mar como um tema de afirmação da cultura e identidade marítima da CPLP;
- Para a criação de uma Feira do Mar da CPLP com o objetivo de possibilitar a promoção das atividades ligadas ao mar, nomeadamente no âmbito da qualidade do ambiente marinho, do crescimento económico, do desenvolvimento, da investigação científica e inovação e da criação de novos empregos e oportunidades de investimento.



Os Ministros concordaram ainda que outras iniciativas específicas deverão ser desenvolvidas e submetidas à aprovação na II Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, entre as quais a criação do Centro de Estudos Marítimos da CPLP. Foi ainda deliberado que, tendo em conta a importância das políticas para os Oceanos, se irão identificar, para nomeação, durante a II Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, um Embaixador de Boa Vontade da CPLP para os Oceanos.

Todavia, até ao momento em que se redige este relatório, não foi ainda possível dar seguimento à constituição do Secretariado Técnico da Reunião que deverá desenvolver todo o trabalho de acompanhamento desta matéria.

### 3.5.2. III Simpósio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável

A realização do III Simpósio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável inseriu-se no seguimento de um conjunto de decisões emanadas no espaço da CPLP, designadamente:

- A Resolução Sobre Segurança Alimentar, aprovada na VII Conferência de Chefes de Estado, de 24 de Julho de 2008,
- A Resolução sobre o Plano de Apoio à Estabilidade na Guiné-Bissau, aprovado na XIV Reunião Ordinária de Conselho de Ministros, Cidade da Praia, em 20 de Julho de 2009;
- A Declaração Final do IV Encontro de Ministros da Agricultura da CPLP em Brasília no dia 4 de Junho de 2009
- Os resultados do II Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional, também realizado em Brasília em Julho de 2009.

O III Simpósio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável (SADS) no âmbito da CPLP decorreu em Bissau, entre 11 e 13 de Novembro de 2010.

Recorde-se que a sua realização, esteve agendada para Dezembro de 2009, inserida no “Momento CPLP na Guiné Bissau”, mas por motivos de “ordem maior” a iniciativa foi adiada, tendo ocorrido um Seminário técnico preparatório, com importantes contributos para o III Simpósio SADS.

Do conjunto de conclusões e recomendações do III SADS, destacam-se:

- Que seja criada uma Estrutura de Seguimento de políticas, programas e projetos, que garanta a continuidade do trabalho comunitário nesta área de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável (SADS), na comunidade CPLP, garantindo entre outros aspetos a sequência de organização de Simpósios. Os responsáveis das delegações de Timor e Cabo Verde levarão aos respetivos governos propostas de realização do IV e V Simpósio de SADS de 2012 e 2014.
- A Estrutura de Seguimento e Mobilização de Ações na área da SADS, deve basear-se na formação e operacionalização de um (GT) Grupo de Trabalho, com estrutura paritária, assim como nas REDES existentes nesta área, designadamente da REDISA/CPLP;
- Os representantes do Brasil deverão submeter à consideração e análise das demais delegações e do Conselho Científico do III Simpósio de SADS da CPLP, através do Secretariado Executivo da CPLP, a proposta dos termos de referência que deverá definir as atribuições e responsabilidade do referido GT. Sugere-se a realização da primeira reunião de trabalho no primeiro semestre de 2011;
- Explorar devidamente os CASOS DE SUCESSO que existem no âmbito da Comunidade, quer a nível macro, como é o caso do Brasil e de Cabo Verde, quer a nível micro, de experiências, programas e projetos bem-sucedidos. Destaque tem que ser dado a tudo o que diz respeito à regulação e melhor funcionamento dos mercados (observatório de mercado);
- Reafirmar a necessidade de uma visão integrada, com programas que destaquem as interfaces da produção/consumo de alimentos com as áreas da saúde e da educação, com ênfase na melhoria da disponibilidade de produtos a nível local, no melhor aproveitamento dos recursos locais existentes, na distribuição, transformação/conservação e acesso aos alimentos assim como em tudo o que diz respeito ao consumo, a começar com as escolhas do consumidor, seus direitos de cidadania e respetivas organizações;
- Em especial para a Guiné-Bissau é necessário apoiar e contribuir para mobilizar as forças endógenas do país, mas também de toda a comunidade para a recuperação do potencial produtivo e da cadeia alimentar existente;
- Considerar e estudar a viabilidade da constituição de uma unidade orgânica de formação superior, na área da Segurança Alimentar e de Desenvolvimento

Sustentável (capaz de integrar as dimensões da segurança alimentar e nutricional com a saúde, educação e desenvolvimento sustentável), com as componentes tradicionais de agronomia, veterinária e gestão, visando o reforço institucional nas áreas da educação, investigação e desenvolvimento em países membros de maior vulnerabilidade.

- Considerar e estudar a viabilidade de constituir um Fundo Financeiro de Segurança Alimentar no âmbito da CPLP, que tenha claramente a capacidade de resposta a crises pontuais de emergência, mas também de fomento a ações que possam ter um papel estruturante de diminuição de riscos e de vulnerabilidade alimentar das populações que constituem hoje a nossa comunidade. Apoiar os esforços e competências do Secretário Executivo da CPLP neste domínio.

Das recomendações emanadas do III Simpósio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável, realçam-se os desenvolvimentos no âmbito do ponto 7., com a preparação de uma proposta para a criação da Unidade de Formação Superior em Segurança Alimentar na CPLP, e na mobilização de parceiros.

### 3.5.3. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP – Trabalho conjunto CPLP - FAO

No âmbito do Acordo de Cooperação assinado em 1999, entre a CPLP e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), foi a CPLP convidada a trabalhar com esta agência na definição de mecanismos que permitam reforçar a governabilidade global para a segurança alimentar sob a perspetiva do direito humano à Alimentação.

O resultado último deste trabalho conjunto será o desenho, até ao próximo mês de Julho de 2011, de uma Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional para a CPLP, desiderato que, aliás, oportunamente se deu conhecimento à XXII Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, realizada entre 28 de Fevereiro e 2 de Março de 2011 que, no conjunto das deliberações aí adotadas, reconheceu o vetor da Segurança Alimentar como estratégico no próximo Programa Indicativo de Cooperação da CPLP para o Médio Prazo.

Cumpram também destacar que, no contexto da nossa Comunidade e ao nível dos debates que vêm sendo mantidos pelos órgãos superiores da CPLP, a Segurança

Alimentar tem sido afirmada como uma área prioritária de atuação, fruto do empenhamento político e dos esforços dos Estados membros em prol da garantia da segurança alimentar e da realização progressiva do direito à alimentação em cada contexto nacional.

Recorde-se que, em Outubro de 2008, no âmbito da 34ª Sessão do Comité Mundial sobre Segurança Alimentar Mundial (CSA), se acordou iniciar um processo de reforma do CSA no sentido de melhorar e aprofundar a governação do sistema alimentar global no quadro da luta contra a fome. Este processo enquadra-se nos esforços de construção da institucionalidade da Segurança Alimentar nos seus diferentes níveis (nacional, regional, internacional) e foi reconhecido pelo Conselho da FAO como crucial face às novas dinâmicas que têm complexificado a luta contra a fome.

Também as recomendações da Conferência Regional da FAO para África, realizada em Angola, em Maio de 2010, sublinham a necessidade de se trabalhar em conjunto tendo em vista uma maior coerência e alinhamento das políticas de segurança alimentar nos diferentes níveis.

É neste contexto que o Secretariado Executivo da CPLP está, neste momento, conjuntamente com a FAO, a desenvolver uma proposta de estratégia conjunta no sentido de reforçar a governabilidade da segurança alimentar a nível da CPLP num quadro de respeito pela soberania nacional.

Esta atividade conta com o forte empenho e participação da FAO, estando as atividades em curso a ser coordenadas por um consultor sénior da FAO, que dirige uma equipa de consultores internacionais. Para o efeito e a fim de recolher os devidos contributos técnicos e políticos, serão desenvolvidas missões a alguns Estados membros nas quais serão estabelecidos contactos com diversos detentores de interesse dos processos ligados à Segurança Alimentar a nível nacional.

Tendo em mente o interesse político da iniciativa e uma vez que as atividades tiveram já o seu arranque, com reuniões de preparação neste Secretariado, e se pretende que as mesmas sejam realizadas em estreita colaboração com as competentes autoridades nacionais dos Estados membros, foi solicitado, pelas vias diplomáticas habituais que os competentes serviços dos Estados possam prestar o melhor o apoio às missões que se irão desenvolver e efetivar as diligências necessárias no sentido de facilitar e agilizar o trabalho do Coordenador Técnico e dos consultores internacionais participantes.

O Plano de Trabalho entre a CPLP e a FAO está já em curso e tem sido consubstanciado por diferentes tipos de interação com as estruturas competentes dos Estado membros para a qual se têm verificado distintos tipos de envolvimento.

Assim, foi solicitada a cada Estado membro a identificação dos pontos focais para esta matéria e produzido um questionário para cada Estado membro que tem o propósito de inventariar o “estado da arte” no contexto CPLP e permitir formular uma primeira visão global antes da deslocação ao terreno dos peritos. Quer para a identificação dos pontos focais quer para a resposta ao questionário existem, em Maio de 2011, algumas ausências de resposta que urge suprimir rapidamente. Concretamente, o ponto de situação é o seguinte:

- É necessária a confirmação do Ponto Focal para a Segurança Alimentar a designar pelos Governos de Brasil, Moçambique e S. Tomé e Príncipe;
- É urgente que os Pontos Focais da CPLP para “Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP” de Angola e Guiné-Bissau acelerem a resposta aos questionários. Os Pontos Focais de Brasil, Moçambique e S. Tomé e Príncipe deverão responder o mais rapidamente possível logo que estejam indicados.

Uma vez que o Plano de trabalho se desenvolve com um calendário muito ambiciosos e condicionado pela oportunidade de se poder discutir um documento final próximo do Conselho de Ministros da CPLP, em Julho próximo, em Luanda, com os representantes designados pelos Estados membros para o efeito, para que se torne possível a apresentação da Estratégia da CPLP ao Comité Mundial de Segurança Alimentar em Outubro de 2011, em Roma, haverá que reunir todas as vontades para que o trabalho chegue a bom porto.

#### 3.5.4. 4º Encontro Lusófono de Ambiente e Desenvolvimento

O 4º Encontro Lusófono de Ambiente e Desenvolvimento decorreu em Lisboa, entre 4 e 5 de Maio de 2011, sob o mote “Integração do Ambiente e das Alterações Climáticas na Política de Cooperação para o Desenvolvimento”.

Esta edição contou com a participação dos Directores-Gerais com responsabilidades na área internacional e de cooperação dos Ministérios do Ambiente, os Directores-Gerais da Cooperação do Ministérios dos Negócios Estrangeiros e os Conselheiros para a cooperação colocados nas Embaixadas de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, os Países Menos Desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento são os mais vulneráveis à variabilidade e mudanças climáticas. Estes grupos compreendem a totalidade dos Estados-membros da CPLP africanos e Timor Leste.

Qualquer evento ou atividade que, direta ou indiretamente, resulte no consumo de energia ou materiais tem um impacte carbónico que pode ser calculado. Nem sempre é possível reduzir esta “pegada de carbono” mas podem-se tomar medidas para compensar, ou neutralizar, as emissões de gases de estufa, como o carbono, que contribuem para as alterações climáticas.

Com o apoio da e)mission, consultora em gestão de carbono, o impacte carbónico da organização do 4º Encontro Lusófono de Ambiente e Desenvolvimento foi calculado e compensado através de créditos de carbono de projetos que contribuem para a sustentabilidade local, ao mesmo tempo que reduzem emissões de carbono em países em desenvolvimento. Os projetos de carbono que geram esta compensação cumprem com os mais exigentes padrões internacionais de qualidade e sustentabilidade. Assim, este evento foi e)mission neutral certified®.

### **3.6. Migrações para o Desenvolvimento**

No âmbito do Acordo de Cooperação entre o Secretariado Executivo da CPLP e a OIM, assinado em 1997 e dos contactos bilaterais com a Missão da OIM em Lisboa, foram apresentados, em sede de CCP (126º CCP), as ideias de projetos que têm vindo a ser debatidos entre o Secretariado Executivo da CPLP e a OIM, tendo tem por objetivo primário a realização de projetos conjuntamente com a OIM, orientados para a Promoção e o Reforço de práticas de gestão das migrações nos países da CPLP através:

- Da criação de um acervo de material de formação sobre migrações, nas suas diversas vertentes e em língua portuguesa;
- Do reforço de capacidades de profissionais de instituições que lidam com as migrações;
- Da promoção de uma abordagem transversal e de iniciativas setoriais devidamente planeadas nos diversos campos relacionados com as migrações.

Neste sentido, o SECPLP e o escritório da OIM Lisboa procederam à identificação de iniciativas que se enquadram num primeiro impulso que se pretende dar a esta

matéria, e que visam disponibilizar conteúdos existentes relativos às migrações para o desenvolvimento e utilizá-los em ações de capacitação nos Estados membros da CPLP.

Para o financiamento destes projetos existe uma Linha de Financiamento da OIM (denominada Linha 10.35) que poderá ser acedida pelos Estados membros desta organização. A utilização desta Linha de Financiamento depende da manifestação de interesse por parte dos serviços competentes nos Estados membros, que devem remeter diretamente as candidaturas à Linha 10.35 para a Missão da OIM nesse Estado.

Os projetos poderão ser de índole nacional ou regional e deverão ser apresentados por um ou mais Estados membros da OIM podendo beneficiar Estados terceiros que não pertençam aquela organização. O SECPLP e a OIM sugerem que, dentro do contexto CPLP, o projeto possa ser de índole regional, gerando benefícios para o maior número de Estados membros da CPLP possível, tendo já identificado algumas ações que poderão integrar o mesmo.

Neste contexto, e caso um Estado membro julgue meritória a ação nas linhas apresentadas, os passos a seguir seriam:

- Num primeiro momento, de cariz bilateral, seria indispensável a intervenção do Estado interessado junto da OIM, demonstrando a sua intenção em desenvolver um projeto e em obter financiamento usando a Linha 10.35 da OIM;
  - Na prossecução deste esforço, foi convidada a chefe do escritório da OIM em Lisboa para apresentar o projeto e a linha de financiamento no 129º CCP (21 de Janeiro de 2010);
  - O SE/CPLP e a OIM Lisboa visitaram, a 21 de Dezembro de 2010, a Missão de Angola junto da CPLP, procurando informar a Presidência do impasse neste ponto.
  - Tendo já sido apresentado o projeto aos Estados membros em diferentes ocasiões, este não logrou obter adesão dos mesmos.
- Em segundo lugar, por forma a conferir um cunho CPLP a esse projeto, os Estados membros deverão, após a identificação dos Pontos Focais para à área das Migrações e do Desenvolvimento, pedido que emana da 126ª reunião do Comité de Concertação Permanente (CCP) da CPLP, oferecer contributos sobre as ações que poderão ser incluídas no projeto a apresentar e oferecer propostas para a elaboração de plano de ação para esta área.

Com a identificação dos Pontos Focais poderia ser convocada uma reunião técnica, que pudesse também incidir sobre a vertente estatística da área das migrações, cujo

interesse foi já confirmado pela última reunião dos Diretores de Estatística da CPLP, a qual permitiria desenhar, entre outras, esta linhas de ação a inscrever num futuro plano de ação para a área das Migrações e do Desenvolvimento.

Tendo sido identificados ao longo de 2010 os Pontos Focais para esta área por parte de todos os Estados membros, prevê-se que possa ser convocada, a breve trecho, uma reunião técnica que permita avançar neste dossier.

Entretanto, no momento de redação deste relatório estão a ser identificadas dinâmicas de colaboração entre a CPLP, a OIM, o INE de Portugal e o IPAD para que o trabalho possa ser desenvolvido de forma coordenada e harmonizada.



## 4. Cooperação com a Sociedade Civil

### 4.1. Reuniões com Observadores Consultivos

A importância das organizações da sociedade civil é reconhecida pelos principais órgãos da CPLP que, a seu respeito, têm adotado diversas decisões com vista à integração do seu enorme potencial na dinâmica do desenvolvimento da Comunidade.

Recorde-se que, na alteração dos Estatutos da CPLP de Julho de 2005 foi contemplada a admissão de organizações da sociedade civil como Observadores Consultivos (art.7º), abrindo-lhes caminho para, assim, participar de maneira ativa na vida da organização *através do seu envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no âmbito da Organização.*

Por seu turno, a XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada na Praia a 20 de Julho de 2009, aprovou uma Resolução sobre o Regulamento dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que, reconhecendo o valor potencial do contributo dos Observadores Consultivos na prossecução dos objetivos estatutários da CPLP e atendendo à necessidade de elaborar um regulamento que estabelecesse as condições de concessão da categoria de Observador Consultivo e o seu relacionamento com a Organização, veio definir as condições de atribuição e funcionamento da categoria de Observador Consultivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A V Reunião do SECPLP com os Observadores Consultivos da CPLP terá lugar no dia 20 de Junho de 2011 e procurará inaugurar uma nova forma de trabalho com os Observadores Consultivos baseada numa processo mais produtivo de mutua troca de informação, para além do tradicional processo de debate e auscultação dos Observadores quanto aos projetos e ações em curso na CPLP.

## 5. **Cooperação com Organismos Internacionais**

Dando cumprimento a um dos princípios orientadores da CPLP no sentido da consolidação da sua projeção internacional e procura de parcerias e fontes de financiamento, têm sido estabelecidas e perspectivadas relações privilegiadas com a Organização das Nações Unidas e suas agências e com as organizações regionais onde os Países de Língua Portuguesa se inserem.

### 5.1. **Organização das Nações Unidas**

A CPLP detém o estatuto de Observador desde 1999, concedido através Resolução L.14, adotada no Plenário da 59<sup>a</sup> Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 21 de Outubro de 2004, relativa à Cooperação entre as Nações Unidas e a CPLP, Resolução essa que vai sendo “renovada”, bienalmente, nas Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Nesse quadro, em Setembro de 2010, o Secretariado Executivo participou, no âmbito da 65<sup>a</sup> AGNU numa Reunião Plenária de Alto Nível para avaliação dos progressos em torno dos ODM e com base no Relatório do SGNU “Keeping the Promise: a forward-looking review to promote na agreed action agenda to achieve the MDG by 2015”.

Esta reunião, convocada pela Resolução 64/184, foi complementada com Mesas Redondas Temáticas, as quais sucederam em simultâneo com o debate/discursos proferidos no plenário da AGNU.

Na Cimeira sobre os ODM, que teve lugar entre 20 e 22 de Setembro, organizada por Mesas redondas (MR) sob o tema genérico “Podemos acabar com a Pobreza”, os temas das respetivas MR foram: MR 1: Os desafios da pobreza, fome e igualdade de género; MR 2: Cumprindo os objetivos da saúde e educação; MR 3: Promoção do desenvolvimento sustentável; MR 4: Temas emergentes e metodologias compreensivas; MR 5: As necessidades especiais dos mais vulneráveis; MR 6: Alargamento e fortalecimento de parcerias.

De realçar o elevado número de encontros paralelos que abordaram todas as temáticas relativas aos ODM, organizados conjuntamente por Estados e Organizações multilaterais.

Do debate havido, destaque para o seguinte:

- Quer os tradicionais Estados doadores ou contribuintes de cooperação para o desenvolvimento quer os Estados beneficiários reiteraram o seu firme compromisso com os ODM e respetivas metas, tendo todos os Estados intervenientes relatado profusamente, do ponto de vista do doador e beneficiário, os progressos obtidos e as dificuldades sentidas;
- Os doadores apelaram a novas fontes de receita e a um amplo consenso internacional para que as contribuições possam ser reforçadas, mesmo em clima de crise internacional, nos 5 anos que ainda faltam, para que todos os ODM possam ser cumpridos. Por seu turno, muitos beneficiários reconheceram que sem esse apoio não conseguirão cumprir essas metas;
- Certos doadores apelaram a melhor governação nos apoios concedidos e muitos beneficiários consideraram que, apesar de generosos, esses apoios não chegam;
- Alguns doadores reconheceram que o que falta é compromisso político de toda a comunidade internacional, nomeadamente daqueles que mais podem, para com os ODM e que caso os compromissos já assumidos em fora anteriores, no que diz respeito a dotações anunciadas, pudessem ser cumpridos, poder-se-iam cumprir os ODM sem problema;
- Foi proposto, por alguns países, a criação de um imposto especial que seria dedicado exclusivamente ao Desenvolvimento/ODM. Algo semelhante ao que se concretizou para o apoio ao setor bancário, mas destinado a ações de desenvolvimento;
- De reconhecer o desempenho de alguns EM da CPLP mais frágeis, como é o caso de CV, que já cumpre todos os ODM. Timor-Leste reconheceu que não irá cumprir os ODM e sugeriu o seu recentramento, para Estados em contexto semelhante, em matérias como a construção do Estado e da Paz (State Building e Peace Building);

No que às suas Agências diz respeito, é de se destacar:

#### 5.1.1. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)<sup>1</sup>

A UNESCO e a CPLP têm-se feito representar nos encontros mais importantes de cada uma das Organizações e os dois Secretariados têm executado conjuntamente algumas atividades, nomeadamente, a Comemoração do Dia da Língua Portuguesa na UNESCO, que já vai no seu 6º ano consecutivo, e a Reunião sobre a criação de uma “Plataforma de Partilha de Conteúdos entre OPTV CPLP” (projeto CPLP, UNESCO e

---

<sup>1</sup> Acordo de Cooperação assinado em Outubro de 2000.

CN UNESCO PT) realizada em Outubro de 2007, que teve por objetivo desenvolver a cooperação multilateral entre os profissionais dos *media* dos países de Língua Portuguesa.

Foi realizado, em Junho de 2009, um seminário de Formação de Jornalistas sobre a Cobertura de Eleições, com o objetivo de permitir a articulação com as missões de observação eleitoral a desenvolver pela CPLP. Nesta matéria, em parceria com a UNESCO, a CN UNESCO PT e a RTP, o projeto prevê que os jornalistas possam acompanhar as Missões de Observação Eleitoral da CPLP para reportar o processo de escrutínio, antes e depois, na senda da transparência e rigor do trabalho jornalístico.

Encontra-se em fase de preparação, eventualmente para início ainda em 2011, um seminário de Formação de Jornalistas de TV na Prevenção do VIH/SIDA, a ser desenvolvido pela Divisão para a Liberdade de Expressão, Democracia e Paz (Setor de Comunicação e Informação) da UNESCO, pela Comissão Nacional UNESCO PT, pela ONUSIDA, pelo SECPLP e em parceria com a RTP.

De assinalar, ainda, a colaboração prestada ao SECPLP pela Comissão Oceanográfica Internacional (COI/UNESCO), na pessoa do Prof. Dr. Mário Ruivo no desenvolvimento do processo dos “Mares da CPLP”.

#### 5.1.2. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

O Secretário Executivo da CPLP visitou, em Maio de 2010, a Sede da FAO em Roma, encontrando-se com o Sub-Diretor Geral da FAO e com o Diretor do Centro de Investimentos da FAO. Neste encontro foram revisitadas as modalidades de cooperação existentes e avaliadas futuras formas de colaboração entre as duas organizações, designadamente o Programa de Cooperação Técnica da CPLP no “Programa Norte-Sul, Sul-Sul, para a Implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação” (UNCCD) e o “Programa Telefood”.

Respondendo a um convite da FAO, o Secretário Executivo marcou presença no lançamento da campanha “1 Billion Against Hungry”, que decorreu na Sede da FAO em Roma, em Maio de 2010.

Como acima se mencionou, está em curso a montagem de uma Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, com o forte apoio da FAO, a qual se pretende apresentar ao Comité Mundial de Segurança Alimentar em Outubro de 2011.

### 5.1.3. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

O FIDA e a CPLP assinaram, a 8 de Novembro de 2007, um Acordo de Cooperação para Combater a Pobreza Rural nos Países em Desenvolvimento de Língua Portuguesa, com o objetivo de consolidar sua parceria e melhor aproveitar os recursos disponíveis para combater a pobreza rural, especialmente nos Estados membros da CPLP. O acordo foi assinado durante os Dias Europeus do Desenvolvimento, em Lisboa.

O Secretário Executivo visitou, em Maio de 2010, a Sede do IFAD e observou o que virá a ser a sala de Conferências com a designação CPLP.

Está em curso, um processo de identificação de ações concretas de cooperação.

### 5.1.4. Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)

Foi assinado em Novembro de 2008 um Acordo de Cooperação entre os Secretariados Executivos da CPLP e da UNCCD, que visa, entre outros, estabelecer uma plataforma de ação conjunta com o objetivo de cooperar no domínio da luta contra a desertificação e degradação dos solos, combatendo os problemas da seca e da escassez de água e apoiando todos os esforços realizados pelos países da CPLP no combate às causas deste problema, através da implementação da Convenção.

No quadro do Acordo, o Mecanismo Mundial da Convenção realizou, em Junho de 2009, uma formação, em língua portuguesa, em Desenho de Estratégias Financeiras Integradas (DEFI) para o combate à desertificação, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica para o Combate à Desertificação na CPLP, tendo envolvido 32 participantes das áreas de Finanças, Plano, Ambiente e Agricultura dos Estados Membro da CPLP, além de representantes da Sociedade Civil.

Foi assinado, em 5 de Dezembro de 2009, um Protocolo entre a CPLP e o Secretariado da Convenção. O Protocolo visa, entre outros objetivos, estabelecer uma plataforma de cooperação e ação conjunta, no combate à desertificação e à erosão de solos, que possa fazer face à seca e a escassez de água. Procurar-se-á assim apoiar os esforços empreendidos pelos Estados membros da CPLP no tratamento das raízes do problema, através da implementação da Convenção.

#### 5.1.5. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A colaboração com a OIT encontra-se enquadrada pelo “Protocolo de Colaboração CPLP/OIT-Lisboa”, assinado em 4 de Agosto de 2005, em aditamento ao Memorando de Entendimento entre a CPLP e a OIT acordado em Genebra, em 19 de Novembro de 2004.

Neste âmbito, têm sido desenvolvidas atividades ligadas à criação de uma plataforma eletrónica para a divulgação das iniciativas de proteção social em curso nos países da CPLP, com acesso a uma base de dados com documentação sobre estratégias, políticas, programas, instrumentos e metodologias de extensão da proteção social, atividade com um bom nível de desempenho e já acima reportada.

#### 5.1.6. Organização Mundial de Saúde (OMS)

A realização da Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde permitiu à OMS apresentar ao SECPLP uma proposta de Acordo de Cooperação CPLP/OMS, que visava facilitar a implementação do PECS/CPLP 2009-2012.

Este acordo foi assinado a 6 de Janeiro de 2010 e o seu conteúdo encontra-se indexado aos Eixos Estratégicos constantes do PECS-CPLP 2009-2012.

Como tal, a OMS e a CPLP concordaram em cooperar nas seguintes áreas:

- Educação e desenvolvimento da força de trabalho em saúde
- Informação e comunicação em saúde
- Pesquisa em saúde
- Desenvolvimento de tecnologia médica
- Vigilância epidemiológica e monitoramento em saúde
- Emergências e desastres naturais
- Promoção e proteção da saúde

A colaboração entre as Partes será baseada nos princípios e valores da Concessão, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua.

### 5.1.7. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA)

A CPLP e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA) assinaram, à margem do III Congresso CPLP HIV/Sida e Infecções de Transmissão Sexual, em 17 de Março de 2010, em Lisboa, um Memorando de Entendimento para formalizar a cooperação na resposta ao VIH/SIDA nos países da CPLP.

Este acordo oficializa e fortalece a cooperação de vários anos entre CPLP e ONUSIDA, comprometendo as organizações com a promoção dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV e com a prevenção da infeção nos países de língua oficial portuguesa.

O Memorando de Entendimento pretende mobilizar apoio técnico, político e financeiro para redes e organizações da sociedade civil, incluindo pessoas vivendo com o VIH nos países de língua portuguesa e desenvolver canais para trocas de experiências entre esses países, por meio da cooperação técnica horizontal (Sul-Sul).

### 5.1.8. Organização Internacional das Migrações (OIM)

A Cooperação entre o Secretariado Executivo da CPLP e a OIM enquadra-se no acordo assinado em 1997 e dos contactos bilaterais com a Missão da OIM em Lisboa.

Neste sentido, desde a segunda metade de 2010 e até ao presente que têm sido debatidas várias possibilidades de colaboração que têm como objetivo primordial a realização de projetos conjuntos OIM, orientados para a Promoção e o Reforço de práticas de gestão das migrações nos países da CPLP.

Acima já se deu nota mais desenvolvida deste processo.

## 5.2. **Comissão Europeia**

No dia 7 de Novembro de 2007, foi assinado entre o Secretariado Executivo (SE) da CPLP e a Comissão Europeia (CE) um Memorando de Entendimento (MdE) que, tendo por base os princípios e o carácter multidimensional da governação democrática, estabelece genericamente o reforço da concertação, cooperação e a coordenação entre as partes no desenvolvimento conjunto de projetos e programas.

A corporização desta cooperação será executada em conformidade com as normas e os quadros jurídicos e processuais de cada parceiro, nomeadamente em conformidade com os Regulamentos em vigor na CE, que concedem a possibilidade de uma organização internacional como a CPLP poder gerir, em nome daquela e conjuntamente, fundos comunitários provenientes dos programas específicos de cooperação para o desenvolvimento.<sup>2</sup>

À luz da chamada auditoria dos 4 pilares, o Secretariado Executivo desenvolveu, entre Julho e Novembro de 2008, um processo de desenho de novos instrumentos e metodologias de trabalho, designadamente no que diz respeito a aspetos relacionados com ferramentas operativas ao nível das áreas acima mencionadas.

A auditoria teve lugar durante todo o mês de Novembro de 2008 e esteve a cargo da empresa Moore Stephens, de origem britânica.

Os consultores entregaram à Comissão Europeia o seu relatório final em Janeiro de 2009. Finalmente, em Janeiro de 2010, o SECPLP foi notificado pela CE referindo que o modelo de “cooperação externa” desenhado fornece bases operacionais satisfatórias. Todavia, para a aplicação de um modelo de gestão conjunta de programas com a CE, deverão reunir-se duas condições: (a) que os ordenadores do FED dos EM assim o requeiram, bem como os serviços da CE e (b) que o modelo de cooperação externa seja efetivamente implementado.

De realçar ainda a colaboração já anteriormente mencionada do Projeto de Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Saúde, financiado pela Comissão Europeia, o qual tem aportado um excelente contributo ao PECS-CPLP.

---

<sup>2</sup> Tendo por base o Regulamento Financeiro aplicável do 9º FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento) e artigo 53º do Orçamento Geral das Comunidades Europeias.



## 6. Conclusões

No último ano o quadro de cooperação da CPLP continuou a fortalecer o seu quadro conceptual e metodológicos o que permitiu um reforço de capacidade no acompanhamento das atividades entretanto desenvolvidas.

Estes documentos estruturantes permitem a definição de prioridades de atuação do SECPLP e constituem peças importantes no esforço de reforço das suas competências, possibilitando enquadrar uma visão de progresso para a eficácia da cooperação na CPLP. Para isso muito contribuiu a aprovação de uma nova visão estratégica de cooperação para a CPLP

No âmbito da monitorização e avaliação de projetos, área em que a Direção de Cooperação possuía notórias dificuldades, fizeram-se sentir melhorias muito assinaláveis com a criação de uma rubrica financeira específica para esse fim.

Registaram-se ainda avanços importantes ao nível do instrumento financeiro da cooperação da CPLP, com o trabalho de redação de um novo regimento para o Fundo Especial da CPLP.

Foi igualmente decidido pelos órgãos coordenadores da cooperação da CPLP, continuar a aprofundar os mecanismos de articulação e coordenação entre as reuniões ministeriais e a RPFC, bem como a coordenação das estratégias delas emanadas com a Visão Estratégica de Cooperação e com o PIC.

No quadro do PIC, continuou-se a realizar o acompanhamento dos projetos aprovados em sede de RPFC, sendo de registar o elevado nível de execução técnica e financeira das ações aprovadas. O processo em curso de desenho de um novo PIC irá trazer como novidade a introdução de um setor prioritário ligado à segurança alimentar.

Em termos de áreas técnicas, os projetos em curso abarcaram todos os setores de atividade de cooperação para os quais a CPLP se encontra mandatada, com especial destaque para a área da formação e capacitação institucional. Os setores da Saúde e Ambiente continuam a ser aqueles em que atividade de cooperação mais intensamente se tem feito sentir. Duas outras áreas de trabalho merecem também referência: trabalho e proteção social e igualdade de género.

Espera-se que durante 2011/2012 seja possível ultrapassar os constrangimentos verificados com a diminuição do quadro de efetivos da Direção de Cooperação, o que

tem produzido atrasos no acompanhamento de algumas áreas em que a cooperação é intensa, como sejam o setor da Juventude e Desportos.

Também se espera um aprimorar e reforço dos instrumentos orientadores da cooperação, projetando níveis crescentes de eficácia, coordenação e harmonização das ações de cooperação levadas a cabo pela CPLP.

O potencial da credenciação obtida em 2010, no âmbito da “Auditoria dos quatro pilares”, que atribui ao Secretariado Executivo da CPLP a faculdade de com os procedimentos auditados por este processo, poder administrar conjuntamente fundos e programas de cooperação da União Europeia, está ainda longe de se explorar.